

PREGÃO ELETRÔNICO

90017/2024

CONTRATANTE (UASG)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª
REGIÃO FISCAL (170177)

OBJETO

Contratação de serviços continuados de acesso à link de internet banda larga

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 165.344,64

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/12/2024 às 09:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES....	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	18
8. DOS RECURSOS.....	20
9. DO TERMO DE CONTRATO.....	21
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	24
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª
REGIÃO FISCAL – SRRF10****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2024**

(Processo Administrativo nº 11000-747.258/2024-75)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10), CNPJ nº 00.394.460/0147-97, por meio da Divisão de Programação e Logística (Dipol), sediado na Avenida Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, 5º andar, Porto Alegre-RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços continuados de acesso à internet banda larga por meio de link para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS e suas unidades jurisdicionadas, para a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí/RS, para a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Jaguarão/RS e para a Área de Controle Integrado da Receita Federal do Brasil em Aceguá/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.10. sociedades cooperativas;

2.8.11. pessoa física;

2.8.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **valor unitário mensal e total para o período de 2 (dois) anos de cada item;**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado na presente licitação, para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8.2.

6.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento que comprove efetivamente ser o mesmo original.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por telefone, conforme descrito no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <<https://www.gov.br/compras/pt-br>> .

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato

9.2. O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal e trabalhista do licitante/contratado, assim como possível impedimento de participação em licitação, por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento e juntá-las ao respectivo processo.

9.3.1. Nos casos em que o fornecedor não estiver inscrito no Sicaf, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

9.3.2. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

9.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 9.4 acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.6.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

9.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

9.8. A regra do subitem 9.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 9.6.1.

9.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 9.4 e 9.6.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 10% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de **10%** do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço de correio eletrônico licitacoessrrf10.rs@rfb.gov.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br (UASG 170177).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12. ANEXO I - Termo de Referência

12.12.1.1. Apêndice A do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.12.1.2. Apêndice B do Anexo I – Nota Técnica/Estimativa de Preços e Preços Referenciais

12.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.12.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

12.12.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Ausência de Nepotismo

12.12.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Realização de Vistoria ou de Conhecimento das Condições Locais ou de Conhecimento Pleno das Condições e Peculiaridades da Contratação

12.12.6. ANEXO VI – Termo de Ciência-TIC

12.12.7. ANEXO VII – Termo de compromisso de manutenção do sigilo-TIC

12.12.8. ANEXO VIII – Modelo de termo de confidencialidade para prestadores de serviços (Anexo II da Portaria RFB nº 405, de 25 de março de 2024)

Porto Alegre - RS, *(datado digitalmente)*.

(assinatura digital)

Chefe da Divisão de Programação e Logística – Dipol

Termo de Referência 47/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2024	170177-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A. RF/RS	MATHEUS FARIA PERIUS	04/11/2024 16:33 (v 10.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		11000-747.258/2024-75

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços continuados de acesso à internet banda larga por meio de link para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS e suas unidades jurisdicionadas, para a Inspeção da Receita Federal do Brasil em Jaguarão/RS, para a Inspeção da Receita Federal em Chuí/RS e para a Área de Controle Integrado da Receita Federal do Brasil em Aceguá/RS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Unidade-endereço	Quant. Links	CatSer	Velocidade Mínima de download (Mbps)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
1	DRF Caxias do Sul - Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	26484	100	540,70	12.976,80
2	ARF Bento Gonçalves - Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	26484	35	377,68	9.064,32
3	ARF Canela - Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	26484	35	408,87	9.812,88
4	PST Guaporé - Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	26484	35	408,87	9.812,88

G1	5	ARF Passo Fundo - Rua Paissandú, nº 753, Centro - Passo Fundo/RS	1	26484	80	435,79	10.458,96
	6	DMA Passo Fundo - Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	26484	35	408,87	9.812,88
7		ARF Carazinho - Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	26484	35	377,68	9.064,32
8		ARF Erechim - Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS	1	26484	35	384,87	9.236,88
9		ARF Lagoa Vermelha - Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro - Lagoa Vermelha/RS	1	26484	35	385,04	9.240,96
10		PST Palmeira das Missões - Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro - Palmeira das Missões/RS	1	26484	35	385,04	9.240,96
11		ARF Três Passos - Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro - Três Passos/RS	1	26484	35	384,87	9.236,88
12		IRF Jaguarão - Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	26484	500	380,08	9.121,92
13		ACI Aceguá - Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000	1	26484	500	550,00	13.200,00
14		IRF/CHUÍ - Chuí/RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	26484	400	487,00	11.688,00*
Total							165.344,64

*Valor total de Chuí corresponde à contratação de três links de acesso por 24 meses.

1.1.1.1. A velocidade mínima de upload deve ser equivalente a, no mínimo, 50% da velocidade de download por item contratado.

1.1.2. Os locais determinados para prestação dos serviços podem vir a ser alterados até a assinatura do respectivo contrato, em razão de conveniência e oportunidade da administração.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que são serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XXXII do art. 2º da IN SGD/Me nº 94, de 2022.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços continuados de acesso à internet banda larga por meio de link para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS e suas unidades jurisdicionadas, e para as unidades jurisdicionadas pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas/RS, ou seja, a Inspeção da Receita Federal em Chuí/RS, a Inspeção da Receita Federal do Brasil em Jaguarão/RS e a Área de Controle Integrado da Receita Federal do Brasil em Aceguá/RS, são úteis e necessários ao bom andamento das atividades regimentais de servidores que desempenham suas atividades nas diversas unidades demandadas, além de viabilizar condições adequadas ao público atendido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e são decorrentes de necessidades permanentes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que (i) propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 1 ano; (ii) permite que as licitantes adquiram serviços, materiais e equipamentos por um preço mais vantajoso, em razão do aumento do poder de barganha devido ao prazo maior do contrato; (iii) permite que as licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, o que torna a disputa mais atrativa; e (iv) reduz procedimentos de prorrogação do contrato, supondo um contrato com duração de 10 anos. Economiza mão de obra tanto dos servidores que atuam na matéria, como da Assessoria Jurídica, todos já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A presente contratação justifica-se porque os serviços de banda larga fixa para ponto de acesso à internet que ora se pretende contratar são considerados serviços essenciais e de natureza continuada, uma vez que a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pela Administração, bem como comprometer o atendimento aos contribuintes, implicando sérios transtornos administrativos. O órgão público depende de uma conexão de internet estável e eficiente para desempenhar suas atividades críticas, como comunicação interna e externa, acesso a sistemas e banco de dados governamentais, prestação de serviços online aos cidadãos, entre outros. A interrupção desse serviço pode comprometer seriamente a operacionalidade e a capacidade de atendimento do órgão. Assim, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de banda larga fixa, por meio de link de acesso à internet para cada unidade que será atendida por esta contratação, a fim de dar continuidade à execução das rotinas institucionais da RFB nas referidas unidades.

2.2. A descrição da necessidade e sua motivação/justificativa encontram-se descritas no ETP em seu item 2 e 2.1 de forma pormenorizada, documento anexado como apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

2.3.1. ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000004/2025;

2.3.2. Data de publicação no PNCP: 03/04/2024;

2.3.3. Id do item no PCA: 118;

2.3.4. Classe/Grupo: 142 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS

2.3.5. Identificador da Futura Contratação: 170177-83/2025

2.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023-2024 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS RFB 2024 - 2027 E ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL 2024-2027			
ID	Objetivos Estratégicos		
OGPR01 /RFB	FORTALECER A ATUAÇÃO DA RFB		
OGPR03 /RFB	APRIMORAR A GOVERNANÇA DE DADOS		
EGD	Governo centrado no cidadão - Oferta de serviços digitais		
EGD	Governo Integrado – Plataformas e ferramentas compartilhadas		
EGD	Governo Integrado – Serviços públicos integrados		
ALINHAMENTO AO PDTIC 2023-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
N04 /M014	Realizar contratações de manutenção e suporte de soluções de TI	A039	Realizar a contratação de suporte e sustentação de soluções de TI
N04 /M014	Realizar contratações de manutenção e suporte de soluções de TI	A040	Realizar a atualização permanente e a inovação de infraestrutura tecnológica

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em atender as demandas formuladas pelo Gabinete da DRF/CXL e pelo Sapol da DRF/PEL para provimento de link de acesso à internet banda larga para as unidades elencadas nas DFDs. A motivação da DRF/CXL é o iminente término da contratação atual, realizada por meio de Dispensa de Licitação, contratação que não pode ser prorrogada, e, por outro lado, a demanda da DRF/PEL para a unidade IRF/Chuí, com término da contratação iminente para um dos links atualmente contratados e os demais até o final do presente ano, bem como para as unidades IRF de Jaguarão e ACI Aceguá para instalação, operação e transmissão de dados, sistema desenvolvido e administrado pela Receita Federal do Brasil. Serão 11 (onze) links para a DRF/CXL e 5 (cinco) links para a DRF/PEL, conforme especificações de velocidade e endereços das unidades constantes na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, dados que constam nas DFDs anexadas ao processo.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1.1. Para atendimento das unidades o fornecimento continuado de banda larga para acesso à internet deverá ter velocidades mínimas específicas para cada unidade de prestação do serviço,

com capacidade de tráfego ilimitado (sem pacotes mensais e sem redução de velocidade) e com sua respectiva instalação e habilitação, utilizando protocolo IP compatível com VPN (IP-SEC), modem (certificado pela Anatel), roteador como mínimo 04 (quatro) portas LAN/RJ45 disponíveis, conforme tabela abaixo:

Item	Unidade endereço	Quant. Links	Velocidade Mínima de download (Mbps)
1	DRF Caxias do Sul Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	100
2	ARF Bento Gonçalves Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	35
3	ARF Canela Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	35
4	PST Guaporé Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	35
5	ARF Passo Fundo Rua Paissandú, nº 753, Centro -Passo Fundo/RS	1	80
6	DMA Passo Fundo Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	35
7	ARF Carazinho Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	35
8	ARF Erechim Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim /RS	1	35
9	ARF Lagoa Vermelha Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro – Lagoa Vermelha/RS	1	35
10	PST Palmeira das Missões Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro – Palmeira das Missões/RS	1	35
11	ARF Três Passos Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro – Três Passos/RS	1	35
12	IRF Jaguarão – Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000-	1	500

13	ACI Aceguá – Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000-	1	500
14	IRF/CHUI – Chui/RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	400

4.1.1.2. A velocidade de upload deve ser, no mínimo, equivalente a 50% da velocidade de download por local a ser contratado.

4.1.1.3. O cabo de fibra ótica deve chegar até o rack de equipamentos existente em cada unidade da RFB a ser atendida, onde será posicionado o modem da Contratada.

4.1.1.4. Todas as despesas com instalação e ativação, bem como o fornecimento de todos os equipamentos e acessórios de conexão necessários para o funcionamento do serviço, correrão por conta da Contratada e, portanto, não gerarão custos adicionais para a Contratante. Os equipamentos e demais acessórios serão fornecidos no regime de comodato.

4.1.1.5. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste documento.

4.1.1.6. Eventuais despesas com adequação nos prédios correrão por conta da Contratante.

4.1.1.7. Não deverá ser imposto pela Contratada limitação de tráfego de dados para download e upload (tráfego ilimitado).

4.1.1.8. O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em todos os dias da vigência do contrato.

4.1.1.9. Deverá ser prestado suporte técnico em período integral, com atendimento célere em caso de falha nos entroncamentos, nas centrais da concessionária/autorizatória de internet, e/ou nos equipamentos de conexão fornecidos pela(s) Contratada(s) e instalados nas dependências físicas da Contratante.

4.1.1.10. Os endereços para prestação dos serviços poderá vir a ser redefinido, dentro da mesma circunscrição municipal, para fins de atendimento às necessidades da administração, até a data de assinatura do contrato.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal nº 14744/2023 de 30 de novembro de 2023 (lei que dá preferência de contratação à empresa pública Telebrás na prestação de serviços SCM ao Governo Federal), Decreto Federal 12124 de 30 de julho de 2024 (regulamenta a lei que dá preferência à Telebrás) e a outras legislações aplicáveis;

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. Devido às características da solução, a Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral 100% (cem por cento), com atendimento célere em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de sua responsabilidade.

4.4.2. Para falhas críticas (queda de link) o serviço deverá ser restabelecido em até 24 horas após a abertura do chamado.

4.4.3. A contratada deverá possuir serviço de monitoramento 24h para garantia de disponibilidade da solução contratada, mesmo que sem reporte ativo do problema por parte da Contratada.

4.4.4. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

4.4.5. Os equipamentos serão instalados nos endereços identificados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, ou o que for especificado na assinatura do contrato, devidamente configurados, cujos serviços deverão estar concluídos em até 10 (dez) dias corridos após a autorização da Contratante, e serão de inteira responsabilidade da(s) Contratada(s), bem como a garantia, substituição e reparos quando necessários, sem ônus financeiro para a Contratante.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. Os serviços devem ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para as localidades elencadas, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.5.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os locais indicados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, salvo definição diversa, por parte da contratante, até o ato de assinatura do presente contrato, nos termos do item 4.1.1.10.

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Assinatura do Termo de Contrato	5 (cinco) dias após convocação do órgão	5 (cinco) dias
Instalação para início da prestação dos serviços	Até 10 (dez) dias após assinatura do contrato	10 (dez) dias
Problema na conexão /dificuldade de acesso	2 (duas) horas	24 horas

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e visa a atender, além da LGPD, a outros normativos vigentes sobre o tema de privacidade e segurança da informação.[vide: guia_requisitos_obrigações.pdf do MGI.]

4.6.2. A Contratante deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.7.1.2. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.7.1.3. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menos poluição, tais como:

4.7.1.3.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.7.1.3.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.7.1.3.3. Racionalização/economia no consumo de energia elétrica, diminuição na geração de lixo eletrônico e menor emissão de carbono;

4.7.1.3.4. Destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e materiais, utilizados na instalação e/ou manutenção do serviço, conforme programação da coleta seletiva determinada pelas prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços.

4.7.2. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito

4.7.2.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.7.2.2 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.7.2.3. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.7.2.4. Preveja a destinação ambiental adequada das pilas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.8.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.9.1.1. Quando solicitado a instalação para se dar o início da prestação dos serviços, após a assinatura do contrato, a Contratada deverá disponibilizar o serviço em até, no máximo, 10 (dez) dias corridos.

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. Não se vislumbra requisitos de implantação em potencial.

4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.11.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Os serviços de solução de tecnologia e comunicação de Serviço de Internet via fibra ótica, nas velocidades especificadas, compreendendo o fornecimento, instalação de equipamentos e a assistência técnica necessária para a manutenção do link para atender as unidades da RFB na 10ª Região Fiscal constante na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos serviços em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado da assinatura do contrato enviado pela Contratante à Contratada e posterior autorização para início da prestação dos serviços para cada local a ser atendido.

4.14.2. O contrato indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os mesmos deverão ser prestados, conforme os itens da licitação forem adjudicados aos licitantes.

4.14.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.14.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.1.1. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicação.

4.15.1.2. A empresa Contratada deverá credenciar junto ao Contratante os seus profissionais/técnicos que venham a ser designados para prestar serviços presenciais, bem como aqueles autorizados a retirar e a entregar documentos junto ao Contratante. Também a Contratante deverá identificar qualquer equipamento de sua propriedade que venha a ser instalado nas dependências do Contratante, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.

4.15.1.3. A Contratada deverá comprometer-se, por si e por seus empregados/técnicos, em documento formal, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TIC da Contratante – inclusive com a assinatura do TERMO DE COMPROMISSO e TERMO DE CIÊNCIA referentes à responsabilidade e manutenção de sigilo.

4.15.1.4. Todas as informações as quais a Contratada tiver acesso em função dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros.

4.16. Vistoria

4.16.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.17. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 às 11 e das 14 as 16 horas.

4.17.1. O agendamento deverá ser feito pelo seguinte telefone para as unidades da DRF/CXL: (54) 3290-3617 e para as unidades da DRF/PEL: (53) 3225-6232.

4.18. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.19. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.21. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.17. Sustentabilidade

4.17.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, Setembro/2023), com as seguintes anotações:

4.17.1.1. Considerar todas as fases do ciclo de vida da prestação do serviço, no que couber, usar produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e com possibilidade de reuso (pág. 75);

4.17.1.2. Na pág. 228 – sobre Lixo Tecnológico: relacionados à manutenção de aparelhos eletrônicos e a previsão e implementação de logística reversa quando do descarte dos inservíveis;

4.17.1.3. No item que trata de Resíduos Sólidos em Geral ou Rejeitos com indicação de providência a ser tomada, fls. 269 do Guia.

4.18. Subcontratação

4.18.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.18.2. Não será considerada subcontratação do objeto licitatório a locação de infraestrutura de rede.

4.19. Garantia da Contratação

4.19.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, quais sejam:

4.19.1.1. Não haverá prestação de garantia contratual da execução por ser um serviço comum, de baixa complexidade e valor, sem mão de obra vinculada exclusivamente ao contrato, e por essas razões entende-se que não traz risco iminente à Administração.

4.20. Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.20.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.20.1.1. O certame se dará por itens uma vez que as empresas atuam por município, salvo no caso de mais de uma unidade a ser atendida no mesmo município, quando então tais itens serão agrupados;

4.20.1.2. O contrato terá vigência de 2 (dois) anos a partir da sua assinatura (24 meses), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme a Lei nº 14.133/2021;

4.20.1.3. A empresa Contratada é a responsável pelo fornecimento, instalação, configuração, administração. Suporte e assistência técnica de todos os equipamentos necessários (softwares, roteadores, módulos, interfaces, conectores, concentradores, etc);

4.20.1.4. A empresa Contratada é responsável integralmente pela disponibilização do link até o bastidor (rack) da rede em cada acesso onde deverá ser prestado nas bandas de velocidade mínima, conforme especificado na tabela do item 1.1, em ponto a ser definido nos locais onde devem ser prestados os serviços;

4.20.1.5. A empresa Contratada se responsabilizará integralmente pela realização de qualquer serviço de infraestrutura, externa ou interna, bem como, aquisição de qualquer material ou equipamento necessário para levar os links até o ponto especificado pelo setor/seção de informática de cada unidade enumerada neste documento;

4.20.1.6. Cada acesso deverá ser prestado na tecnologia de fibra e, em qualquer caso, deverá incluir todos os dispositivos em regime de comodato (modem, cabos, etc) necessários para o funcionamento do serviço;

4.20.1.8. Os equipamentos a serem instalados serão de inteira responsabilidade da Contratada, bem como a garantia, substituição e reparos quando necessários, sem ônus para a Contratante.

4.20.1.9. Havendo divergência nas especificações entre o Edital e o publicado no Portal de Compras do Governo Federal <compras.gov.br>, o fornecedor deverá atender as constantes no Edital.

4.21 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

4.21.1. São obrigações da CONTRATANTE:

4.21.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

4.21.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.21.1.3. Encaminhar formalmente a demanda, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, notificando a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades, constantes no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, certificando-se que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;

4.21.1.4. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, exigindo o cumprimento de todas as obrigações da Contratada;

4.21.1.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

4.21.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

4.21.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;

4.21.1.8. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

4.21.1.9. Definir capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, conforme as especificações das necessidades de cada unidade a ser atendida, realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento e durante toda a vigência da contratação;

4.21.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

4.21.1.11. Exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como serviços de recepção e apoio ao usuário;

4.21.1.12. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

4.21.1.13. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

4.21.1.14. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.21.1.15. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações da Contratada;

4.21.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde do trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

4.21.2. São obrigações do CONTRATADO:

4.21.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

4.21.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

4.21.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

4.21.2.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.21.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.21.2.6. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

4.21.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

4.21.2.8. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

4.21.2.9. Quando especificado, manter a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

4.21.2.10. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.21.2.11. Utilizar técnicos habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.21.2.12. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos técnicos/empregados que adentrarão o órgão para execução do serviço;

4.21.2.13. Apresentar os técnicos/empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

4.21.2.14. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos técnicos alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

4.21.2.15. Instruir seus técnicos quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

4.21.2.16. Instruir seus técnicos a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

4.21.2.17. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

4.21.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.21.2.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

4.21.2.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

4.21.2.21. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

4.21.2.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

4.21.2.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

4.21.2.24. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.21.2.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

4.21.2.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado

4.21.2.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

4.21.2.28. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

4.21.2.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.21.2.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.21.2.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.21.2.32. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

4.21.2.33. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. A comunicação entre a Contratante e a Contratada dar-se-á mediante contato telefônico, e-mail e/ou ofício.

5.1.4. Os serviços serão prestados nas unidades da RFB da 10ª Região Fiscal que foram elencadas na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, onde constam os endereços e as especificações das velocidades mínimas de download e upload.

5.1.5. A instalação para início da prestação dos serviços poderá ser realizada em dias úteis, de segunda a sexta das 8 horas até as 17 horas.

5.1.6. A execução do objeto será acompanhada e certificada por servidor designado para este fim.

5.1.7. Com base nas especificações previstas a medição utilizará o recurso disponibilizado pela Entidade Aferidora da Qualidade de Banda Larga (EAQ), do site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no tocante à velocidade contratada por local. Atualmente o recurso está disponível no seguinte link: <https://www.brasilbandalarga.com.br>;

5.1.8. A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral 100% (cem por cento), com atendimento célere em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de sua responsabilidade.

5.1.9. Para falhas críticas (queda de link) o serviço deverá ser restabelecido em até 24 horas após abertura do chamado;

5.1.10. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis;

5.1.11. A execução dos serviços tem previsão de ser iniciada no primeiro semestre de 2025, na forma que segue:

5.1.11.1. Após homologação do certame e emissão da Nota de Empenho, o Setor de Contratos – SACON, da Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal – Dipol/SRRF10, entrará em contato com a Contratada para assinatura do contrato;

5.1.11.2. Após a assinatura do contrato, a Contratante autorizará o início da execução do objeto

5.1.11.3. O prazo para instalação para início da prestação dos serviços será de até 10 (dez) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços constantes na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência, ou endereço diverso da Receita Federal no mesmo município, a ser definido até a assinatura do respectivo contrato.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: a prestação dos serviços se dará de forma contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões do cabeamento de entrada e à configuração dos equipamentos em comodato serão fornecidos pela Contratada, sem ônus de qualquer natureza para a Contratante, salvo estruturas prediais, dutos e demais correlatos para passagem do cabeamento pela Contratada, que serão providos pela Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as características descritas no item 4 deste Termo de Referência: "REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO".

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Formas de transferência de conhecimento

5.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

5.10. A contratação prevê a prestação de serviços de forma continuada e ininterrupta para cada unidade da RFB a ser atendida. A avaliação do serviço prestado se dará durante toda a vigência contratual e servirá como critério de análise para sua prorrogação conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

Mecanismos formais de comunicação

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

6.9. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.10. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante. A realização da reunião poderá se dar tanto na forma presencial como na forma online.

6.10.1 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.10.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

6.10.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.10.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.10.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.12.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.12.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.12.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.12.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV**).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. **(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).**

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

Tempo de indisponibilidade (em horas)	Percentual de glosa
Menos de 8 horas	0,0%
Entre 8 e 12 horas	2,0%

Entre 12 e 16 horas	4,0%
Entre 16 e 20 horas	8,0%
Entre 20 e 30 horas	16,0%
Entre 30 e 40 horas	32,0%

7.2. Será indicada a

retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados;

7.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização da tabela presente neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A aferição considerará, para fins de cálculo o tempo de indisponibilidade a partir da abertura de chamado na unidade até o efetivo reestabelecimento de serviço. As horas contabilizadas serão aferidas ao final do mês, considerando, cumulativamente, o período de indisponibilidade.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais

empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais, e dar ciência à Contratada, concedendo prazo para a contestação de glosas e descontos, quando houver.

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pelo Gestor do contrato.

7.15.5. Realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (Art 21, III, do Decreto nº 11.246, de 2022),

7.15.6. Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, poderão ser consultados os sítios eletrônicos oficiais para verificação da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.15.11. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 2 (duas) horas.	Multa de 1(um) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á multa de 1(um) % do valor total do Contrato.
2	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1 % do valor total do Contrato.

7.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

7.21.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.21.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.24.1. o prazo de validade;

7.24.2. a data da emissão;

7.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.24.5. o valor a pagar; e

7.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. *Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;*

7.26. *A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.27. *A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)*

7.28. *Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.*

7.29. *Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.*

7.30. *Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.*

7.31. *Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.*

Prazo de pagamento

7.32. *O pagamento será efetuado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.*

7.33. *No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, pro rata die de correção monetária.*

Forma de pagamento

7.34. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.35. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.36. *Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.*

7.37. *Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.*

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.39.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por **de empreitada por preço global**.

Da Aplicação da Margem de Preferência

8.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[Autor3]

8.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.4.7. Ato de concessão/ permissão/comprovação de dispensa (nos termos do § 1º do Art. 10-A) para o exercício da atividade de provedor de acesso à internet banda larga por meio de Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, expedido/outorgado pela ANATEL nos termos do art. 3º da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013.

8.4.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.10. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[Autor4]

8.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[Autor5]

Qualificação Econômico-Financeira

8.13. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14. *Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);*

Qualificação Técnica

8.15. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo anexo ao Edital.*

8.15.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.16. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio do Contrato Social ou equivalente e a posse de autorização/concessão/de outorga de Serviços SCM pela Anatel, ou documento que comprove sua efetiva dispensa, nos termos do Art.10-A, do Anexo I da referida resolução.*

8.17. *Prova de atendimento aos requisitos de posse de ato de concessão/permissão/autorização/dispensa de autorização para o exercício da atividade de provedor de acesso à internet banda larga por meio de Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, previstos nos termos do art. 3º da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013 expedido/outorgado pela ANATEL, ou sua efetiva dispensa, nos termos do Art.10-A, do Anexo I da referida resolução.*

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 165.344,64

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 165.344,64 (cento e sessenta cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Item	Unidade- endereço	Quant. Links	Valor Mensal (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
1	DRF Caxias do Sul - Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	540,70	12.976,80
2	ARF Bento Gonçalves - Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	377,68	9.064,32
3	ARF Canela - Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	408,87	9.812,88
4	PST Guaporé - Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	408,87	9.812,88

G1	5	ARF Passo Fundo - Rua Paissandú, nº 753, Centro -Passo Fundo/RS	1	435,79	10.458,96
	6	DMA Passo Fundo - Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	408,87	9.812,88
7		ARF Carazinho - Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	377,68	9.064,32
8		ARF Erechim - Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS	1	384,87	9.236,88
9		ARF Lagoa Vermelha - Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro – Lagoa Vermelha/RS	1	385,04	9.240,96
10		PST Palmeira das Missões - Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro – Palmeira das Missões/RS	1	385,04	9.240,96
11		ARF Três Passos - Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro – Três Passos/RS	1	384,87	9.236,88
12		IRF Jaguarão – Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	380,08	9.121,92
13		ACI Aceguá – Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000	1	550,00	13.200,00
14		IRF/CHUI – Chui/RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	487,00	35.064,00*
Total					165.344,64

* Valor total de Chui corresponde à contratação de três links de acesso por 24 meses.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme Estudos Técnicos Preliminares.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 00001;
- II. Fonte de Recursos: 1032000000;
- III. Programa de Trabalho: PI RLE;
- IV. Elemento de Despesa: 339040;
- V. Plano Interno: 04122003220000001;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Disposições Finais

11.1. Nos termos da letra 'a' do item 2.2 do Anexo V da IN 05/2017, os Estudos Preliminares fazem parte deste Termo de Referência, sob o Apêndice "A". Ressalta-se que aquele documento é prévio e contém informações básicas que subsidiaram a elaboração deste Termo de Referência que pode contar com eventuais alterações decorrentes do amadurecimento de determinados dispositivos.

11.2. Deste modo, os termos dos ETP têm validade em sentido complementar ao Termo de Referência. No caso de o Termo de Referência dispor de modo diverso sobre o mesmo tema, prevalecem as suas disposições em detrimento das relacionadas nos ETP.

11.3. Não há necessidade de classificar este Termo de Referência como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

11.4. Dos Apêndices ao Termo de Referência:

11.4.1. Apêndice A – Estudos Técnicos Preliminares;

11.4.2. Apêndice B – Nota Técnica: Estimativa de Preços e Preços Referenciais.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS FARIA PERIUS

Agente de contratação

MARCELO SAMPAIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE TABAJARA

Membro integrante da Área Técnica

SONIA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA

Membro integrante da Área Administrativa

GIANA DOS REIS SIMON

Membro integrante da Área Administrativa

FERNANDO FERNANDES ZANIN

Chefe da DITEC

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudos Tecnicos Preliminares.pdf (153.64 KB)
- Anexo II - Pesquisa de Precos.pdf (567.72 KB)

Anexo I - Estudos Tecnicos Preliminares.pdf

Estudo Técnico Preliminar 32/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 11000-747.258/2024-75

2. Descrição da necessidade

a) Necessidade de contratação de serviços continuados de fornecimento de link para acesso à internet banda larga, com velocidades mínimas específicas por unidade de prestação de serviço, com capacidade de tráfego ilimitado (sem pacotes mensais e sem redução de velocidade), e com respectiva instalação e habilitação, utilizando protocolo IP compatível com VPN IP (IP-SEC) para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS e unidades jurisdicionadas, conforme Formalização da Demanda requisitado pelo Titular da DRFCXL, face ao término da vigência da prestação desses serviços por meio da Dispensa de Licitação DRFCXL nº6/2023 em 31 de julho de 2024, não podendo ser prorrogada;

Unidades a serem atendidas: DRF Caxias do Sul, ARF Bento Gonçalves, ARF Canela, PST Guaporé, ARF Passo Fundo, DMA Passo Fundo, ARF Carazinho, ARF Erechim, ARF Lagoa Vermelha, PST Palmeira das Missões, ARF Três Passos;

b) Necessidade de contratação de serviços continuados de fornecimento de 3 (três) links para acesso à internet banda larga, viabilizando a instalação, operação e transmissão de dados com qualidade, para a Inspeção da Receita Federal do Brasil em Chuí, 1 (um) link para a Inspeção da Receita Federal em Jaguarão/RS e 1 (um) link para a Área de Controle Integrado (ACI) de Aceguá/RS, totalizando 5 (cinco) links, todas Unidades da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas/RS, conforme documentos de Formalização da Demanda encaminhados pela Chefe do Sapol da DRF Pelotas.

2.1 MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Os serviços de fornecimento de acesso a link de internet banda larga fixa atualmente prestadas para a DRFCXL e para suas unidades jurisdicionadas são oriundas de Dispensa de Licitação DRFCXL nº 6/2023, e-processo 11020.729496/2023-80, serviço prestado pela empresa Telecomunicações Brasília – TELEBRASÍLIA LTDA, CNPJ nº 18.843.645/0001-51, com vigência expirada em até 31 de julho de 2024, não podendo ser prorrogado.

Anteriormente, os circuitos de comunicação das Agências da RFB eram executados pelo SERPRO, através do contrato RFB/COPOL nº 19, de 23 de novembro de 2018, celebrado entre a RFB e o SERPRO.

A partir de 11 de junho de 2019 os circuitos de comunicação (rede WAN) foram descontinuados.

A orientação da COPOL foi de que cada Unidade Gestora da RFB providenciasse a contratação de serviços de comunicação de dados junto a empresas locais de telefonia/TV a Cabo. Evitou-se, dessa maneira, prejuízos à continuidade dos negócios da RFB, permitindo o acesso da população aos serviços do órgão.

Assim, ano a ano, nova contratação por meio de Dispensa de Licitação tem sido feita, estando a última contratação vencendo em 31/07/2024, não podendo ser prorrogado e, dessa forma, é necessária uma nova contratação para execução indireta dos serviços.

Os serviços de internet banda larga fixa para atender as unidades de Chuí, Jaguarão e Aceguá visam fornecer condições para atendimento das necessidades das unidades ali situadas bem como em pontos a serem determinados pelas unidades, para atendimento de necessidades de processos de trabalho aduaneiro, conforme os requisitos constantes na Formalização de Demanda.

Os serviços de banda larga fixa para ponto de acesso à internet que ora se pretende contratar são considerados serviços essenciais e de natureza continuada, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pela Administração, bem como comprometer o atendimento aos contribuintes, implicando sérios transtornos administrativos.

O órgão público depende de uma conexão de internet estável e eficiente para desempenhar suas atividades críticas, como comunicação interna e externa, acesso a sistemas e banco de dados governamentais, prestação de serviços online aos cidadãos, entre outros. A interrupção desse serviço pode comprometer seriamente a operacionalidade e a capacidade de atendimento do órgão.

A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico da SRRF10, uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual.

Outra razão é o fato que as unidades da RFB não possuem, em seu quadro de pessoal, colaboradores com qualificação profissional para a execução dos serviços objeto desta contratação, necessários para o regular desenvolvimento de suas atividades.

Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Por sua vez, a Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceu os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de dezembro de 2018. Na Portaria, em seu art. 1º, no inciso XXV, consta o serviço de telecomunicações, objeto da contratação pretendida.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Assim, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de banda larga fixa, por meio de link de acesso à internet para cada unidade que será atendida por esta contratação, a fim de dar continuidade na execução das rotinas institucionais da RFB nas referidas unidades.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAPOL/Delegacia da Receita Federal em Pelotas/RS	Soraya Gonçalves Stella
Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul/RS	Leandro Tessaro Ramos

4. Necessidades de Negócio

O acesso à internet da instituição deve ser estável, de forma que não cause interrupções nas atividades institucionais realizadas, com acesso a sistemas do governo, acessos ao e-mail institucional, acesso a sites de fornecedores para cotação, acesso a recursos educacionais e de vídeo, bem como principalmente a possibilidade de realização de reuniões híbridas com membros presenciais e remotos e é importante que os sistemas estejam disponíveis para o trabalho remoto realizado pelos servidores.

Além da disponibilidade, é importante que a taxa de transmissão garanta uma qualidade de experiência aos usuários, principalmente em situações como no caso de reuniões híbridas.

A RFB expressa em seu planejamento estratégico destacada preocupação com a prestação de atendimento ao contribuinte.

Com a crescente digitalização dos serviços públicos, a demanda por uma infraestrutura de rede robusta e de alta velocidade tem aumentado significativamente. A contratação de um novo serviço de internet de qualidade superior é fundamental para garantir o acesso rápido e confiável online, melhorando a eficiência e a experiência do usuário.

Descrição das necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição da solução mais adequada a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- 1) o serviço deve prover conectividade de acesso à internet com velocidade mínima, estabilidade e segurança que as atividades administrativas necessitam;
- 2) deve-se assegurar que a solução de acesso à internet contratada garanta um nível mínimo de qualidade preestabelecido;
- 3) Não haja dependência de tecnologias proprietárias ou de determinados fabricantes e equipamentos;
- 4) A solução proposta seja comum de mercado e apta a ser fornecida por diferentes prestadores de serviço do ramo;
- 5) A solução deve estar apta a ser utilizada em qualquer unidade da RFB;
- 6) A solução deve prover mecanismos que assegurem a segurança das comunicações realizadas, no tocante à disponibilidade, integridade e confidencialidade;
- 7) O serviço não poderá ter franquia para limite de utilização, que cause a interrupção ou diminuição de largura de banda caso seja extrapolada a franquia;
- 8) A contratação deverá ter um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses – vigência inicial da contratação – podendo ser prorrogável, para que seja exequível para os fornecedores com a garantia de cobertura dos investimentos, e a segurança para a administração de ter continuidade do serviço durante o período.

O órgão público deve cumprir com as diretrizes e regulamentos estabelecidos pelas autoridades competentes em relação à segurança da informação, privacidade de dados e continuidade dos serviços públicos críticos. A contratação de um novo serviço de internet, com recursos avançados de tecnologias emergentes e redundância, ajuda a garantir o cumprimento dessas exigências.

A evolução constante das tecnologias de informação e comunicação exige a atualização periódica da infraestrutura de rede. A contratação de um novo serviço de internet pode permitir a adoção de tecnologias emergente, como a internet das Coisas (IoT), computação em nuvem, videoconferência de alta qualidade, entre outras, melhorando a eficiência operacional e a prestação de serviços.

5. Necessidades Tecnológicas

Para o atendimento da demanda requisitada, é necessário que seja provido um link de internet para as unidades da RFB elencadas, com algumas características mínimas:

- 1) Possuir largura de banda para download para cada unidade, conforme especificado na Formalização da Demanda, e de upload sendo ao menos 50% da taxa de download;
- 2) Não possuir franquias ou limitações de uso de tráfego;
- 3) Não possuir práticas de Traffic Shaping ou priorização e limitação da banda contratada;
- 4) Ser provido através de meio que não haja interferências por condição meteorológica;
- 5) Ser prevista a instalação de equipamentos e cabeamentos até o local de processamento de dados indicado pela instituição;
- 6) O padrão de conectividade entre o equipamento em comodato da prestadora do serviço e o equipamento institucional de cada unidade da RFB a ser atendida deve ser através de interfaces Ethernet com conector padrão RJ-45;
- 7) A garantia e manutenção do cabeamento e equipamento deve ser de responsabilidade da empresa que fará a prestação do serviço;
- 8) Deve possuir garantia da banda contratada de ao menos 50%;
- 9) Deve possuir monitoramento 24 horas da qualidade e disponibilidade do serviço.

Para atendimento das unidades o fornecimento continuado de banda larga para acesso à internet deverá ter velocidades mínimas específicas para cada unidade de prestação do serviço, com capacidade de tráfego ilimitado (sem pacotes mensais e sem redução de velocidade) e com sua respectiva instalação e habilitação, utilizando

protocolo IP compatível com VPN (IP-SEC), modem (certificado pela Anatel), roteador como mínimo 04 (quatro) portas LAN/RJ45 disponíveis.

Item	Unidade-endereço	Quant. Links	Velocidade Mínima de download (Mbps)
1	DRF Caxias do Sul Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	100
2	ARF Bento Gonçalves Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	35
3	ARF Canela Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	35
4	PST Guaporé Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	35
5	ARF Passo Fundo Rua Paissandú, nº 753, Centro -Passo Fundo/RS	1	80
6	DMA Passo Fundo Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	35
7	ARF Carazinho Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	35
8	ARF Erechim Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS	1	35
9	ARF Lagoa Vermelha Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro – Lagoa Vermelha/RS	1	35
10	PST Palmeira das Missões Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro – Palmeira das Missões/RS	1	35
11	ARF Três Passos Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro – Três Passos /RS	1	35

12	IRF Jaguarão – Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	500
13	ACI Aceguá – Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000	1	500
14	IRF/CHUI – BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	400

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Além dos requisitos de negócio e tecnológicos, a presente sessão destaca aqueles requisitos que devem ser considerados ao longo do planejamento da contratação para se assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a licitação, conforme a seguir:

1) O serviço de Comunicação Multimídia (SCM) é estabelecido pela Anatel, em sua Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, artigo 3º, como um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à internet, utilizando quaisquer meios, aos Assinantes dentro de uma Área de Prestação de Serviço.

2) Os serviços de link de internet enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a IN SGD/ME nº 94, de 2022, em seu inciso XXXII do art. 2º, onde define que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.1. Conforme a mesma IN SGD/ME nº 94, de 2022, os serviços de link de internet são considerados solução TIC conjugando-se o inciso VII do art. 2º “VII – solução de TIC para fins desta Instrução Normativa: conjunto de bens /serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II desta Instrução” com o item 1.6 do Anexo II desta Instrução Normativa. Qual seja: “Comunicação de dados: a) São considerados recursos de TIC a transmissão digital de dados e informações entre dispositivos, sistemas e redes de comunicação, incluindo acesso à internet (como links MPLS, WAN/LAN), soluções de videoconferência, de transmissão e recebimento de mensagens de texto (SMS) e de recebimento ou processamento de dados satelitais,”

3) Dentre as obrigações do Contratante está dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou Fiscal do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 33 da IN SGD /ME nº 94/2022.

4) Não haverá prestação de garantia contratual da execução por ser um serviço comum, de baixa complexidade e valor, sem mão de obra vinculada exclusivamente ao contrato, e por essas razões entende-se que não traz risco iminente à Administração.

5) Ao fim do contrato, a desinstalação do link e de quaisquer equipamentos necessários será de responsabilidade da Contratada no mesmo prazo da instalação, a contar do encerramento do contrato.

Além das necessidades tecnológicas já enumerados, espera-se que a empresa prestadora do serviço atenda aos seguintes requisitos:

1) Deve possuir canal de suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana;

1.1. Deverá ser prestado suporte técnico em períodos integrais, com atendimento célere em caso de falha nos entroncamentos, nas centrais da concessionária/autorizatória de internet, e/ou nos equipamentos de conexão fornecidos pela Contratada e instalados nas dependências físicas da Contratante;

1.2. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência;

1.3. Os equipamentos a serem instalados serão de inteira responsabilidade da Contratada, bem como garantia, substituição e reparos quando necessários, sem ônus financeiro para a Contratante.

2) Deve dispor de um preposto que seja o ponto de contato da instituição com a empresa prestadora de serviço;

3) Deve possuir canal de atendimento diferenciado entre clientes empresariais e residenciais, com prioridade no atendimento aos clientes empresariais;

4) Deve prover um SLA de até 24h para resolução de problemas de conectividade para a instituição.

5) O contrato terá vigência de 2 (dois) anos a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado até no máximo por 10 (dez) anos, conforme a Lei nº 14.133 de 2021.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Para o atendimento da demanda, será necessário a contratação de um link usuário para cada unidade da RFB elencada no quadro a seguir, com as velocidades mínimas de download descritas para cada unidade, sendo que a velocidade de upload deve ser, no mínimo, 50% da velocidade contratada para download:

Item	Unidade-endereço	Quant. Links	CatSer	Velocidade Mínima de download (Mbps)
1	DRF Caxias do Sul Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	26484	100
2	ARF Bento Gonçalves Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves /RS	1	26484	35
3	ARF Canela Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	26484	35
4	PST Guaporé Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	26484	35
5	ARF Passo Fundo Rua Paissandú, nº 753, Centro -Passo Fundo/RS	1	26484	80
6	DMA Passo Fundo Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	26484	35
7	ARF Carazinho Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	26484	35
8		1	26484	35

	ARF Erechim Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS			
9	ARF Lagoa Vermelha Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro – Lagoa Vermelha/RS	1	26484	35
10	PST Palmeira das Missões Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro – Palmeira das Missões/RS	1	26484	35
11	ARF Três Passos Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro – Três Passos /RS	1	26484	35
12	IRF Jaguarão – Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	26484	500
13	ACI Aceguá – Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000	1	26484	500
14	IRF/CHUI – Chui/RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	26484	400

8. Levantamento de soluções

Devido à natureza geograficamente localizada do tipo da solução, é necessário que existam prestadoras do serviço regionais que possuam uma infraestrutura para prestação do serviço. Assim sendo, foram buscadas prestadoras nacionais e regionais com clientes na região, que poderiam atender os requisitos técnicos elencados. As possíveis formas de atendimento da demanda seria através da contratação de link com fibra ótica, transmissão via radiofrequência, satélite e linha assinante digital assíncrona (ADSL).

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como de outras Unidades Gestoras no âmbito da RFB na 10ª Região Fiscal, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Para a contratação de serviços de banda larga para fornecimento de link de acesso à internet, tanto as empresas como tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando a preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

Os serviços de fornecimento de link para acesso à internet serão contratados sob regime de execução indireta, no regime de empreitada global, observados os requisitos da contratação.

A licitação se dará por itens, uma vez que as empresas atuantes no ramo atuam por município. Apenas no caso de haver mais de uma unidade a ser atendida no mesmo município ocorrerá o agrupamento de itens que estão localizados no mesmo município. Assim procedendo, será viabilizada ampla competitividade ao certame.

Não haverá exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em razão da excessiva restrição de competição que tal medida ocasionaria, considerando que o grande número de Sociedades Anônimas atuantes neste ramo de mercado, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Ademais, a pesquisa parametrizada de fornecedores cadastrados no SICAF para os municípios que serão atendidos não retornou número mínimo de 3 fornecedores com o porte de ME ou EPP para realizar licitação exclusiva.

Desse modo, o presente processo licitatório será de ampla concorrência, tendo em vista que o valor do item de contratação não supera o teto de R\$80.000,00 (oitenta mil), conforme inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a LC 123/2006. Conforme estudo realizado para este ramo de atividade, constatou-se que existem empresas de pequeno porte e empresas de grande porte atuando no setor de atividade de fornecimento de acesso à internet, fato levado em conta para considerar dar maior competitividade ao certame e garantir que nenhum item fique deserto.

Com a publicação do Decreto nº 12.124, de 30 de julho de 2024, que regulamenta a Lei nº 14.744, de 30 de novembro de 2023, tornou-se obrigatório a consulta à empresa TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A., empresa pública federal, sobre o interesse em prestar o serviço de comunicação multimídia, conforme art. 4º e seus incisos do referido Decreto, para as localidades demandantes desta contratação.

A consulta junto à Telebrás foi realizada por email em 14/08/2024. Em 15/08/2024, houve manifestação do Sr. André Ferreira (Coordenador substituto do gerente de novos negócios) informando que a demanda foi encaminhada à área de planejamento e marketing da companhia. Não houve nova manifestação da Telebrás desde então.

Conforme previsto no Decreto nº 12.124, Art. 4º, parágrafo 3º, o prazo para resposta à consulta é de vinte dias da data de recebimento da demanda pela Telebrás, e encerrou em 03/09/2024. Desta forma, fica dispensada a preferência conforme o que previsto no Art. 8º, inciso II.

Ainda, conforme Art. 8º, parágrafo 2º, exige-se a notificação da Telebrás da decisão que deixar de aplicar a preferência. A notificação com decisão fundamentada foi realizada por e-mail, no dia 04/09/2024.

9. Análise comparativa de soluções

Conforme descrito nos requisitos técnicos, o meio de transmissão escolhido foi a fibra ótica por se tratar de um padrão atualmente adotado e crescente (as redes GPON) pelas operadoras, sendo referência na questão de escalabilidade, qualidade e disponibilidade da conexão. Outros métodos como a transmissão via radiofrequência tendem a apresentar problemas devido às questões climáticas, ou a ADSL não consegue alcançar taxas suficientes para atender a demanda institucional descrita nos requisitos técnicos, portanto são considerados como inviáveis. Além disso, a possibilidade de conexão por satélite possui as desvantagens de ambos os casos anteriores.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Conforme descrito na análise comparativa das soluções, as transmissões por radiofrequência, satélite e ADSL são consideradas inviáveis, sendo portanto a única solução viável considerada a conexão por fibra ótica.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Os equipamentos serão instalados nos prédios nos endereços identificados na tabela abaixo, devidamente configurados, cujos serviços deverão estar concluídos em até 10 (dez) dias corridos após a autorização da Contratante, e serão de inteira responsabilidade da Contratada, bem como a garantia, substituição e reparos quando necessários, sem ônus financeiro para a Contratante.

O cabo de fibra ótica deve chegar até o rack de equipamentos existente em cada unidade da RFB, onde será posicionado o modem da Contratada.

Todas as despesas com instalação e ativação, bem como o fornecimento de todos os equipamentos e acessórios de conexão necessários para o funcionamento do serviço, correrão por conta da Contratada e, portanto, não gerarão custos adicionais para a Contratante. Os equipamentos e demais acessórios serão fornecidos no regime de comodato.

Conforme descrito em “Estimativa da Demanda”, abaixo está descrito o custo total da solução elencada para uma contratação de 24 meses:

Item	Unidade-endereço	Quant. Links	Velocidade Mínima de download (Mbps) ¹	Valor Mensal (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
1	DRF Caxias do Sul Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	100	R\$ 540,70	R\$ 12.976,80
2	ARF Bento Gonçalves Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	35	R\$ 377,69	R\$ 9.064,56
3	ARF Canela Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela /RS	1	35	R\$408,87	R\$ 9.812,88
4	PST Guaporé Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	35	R\$408,87	R\$ 9.812,88
5	ARF Passo Fundo Rua	1	80		

	Paissandú, nº 753, Centro - Passo Fundo/RS			R\$ 435,79	R\$ 10.458,96
6	DMA Passo Fundo Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	35	R\$ 408,87	R\$ 9.812,88
7	ARF Carazinho Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	35	R\$ 377,69	R\$ 9.064,56
8	ARF Erechim Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS	1	35	R\$ 384,87	R\$ 9.236,88
9	ARF Lagoa Vermelha Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro – Lagoa Vermelha/RS	1	35	R\$ 385,04	R\$ 9.240,96
10	PST Palmeira das Missões Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro – Palmeira das Missões/RS	1	35	R\$ 385,04	R\$ 9.240,96
11	ARF Três Passos Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro – Três Passos/RS	1	35	R\$ 384,87	R\$ 9.236,88
12	IRF Jaguarão – Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	500	R\$ 380,07	R\$ 9.121,68
13		1	500		

	ACI Aceguá – Aceguá/RS, BR- 153 CEP 96445- 000			R\$ 550,00	R\$ 13.200,00
14	IRF/CHUÍ – Chuí /RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	400	R\$ 487,00	R\$ 35.064,00 ²
Total					R\$ 165.344,64

¹ A velocidade de upload deve ser, no mínimo, equivalente a 50% da velocidade contratada para download.

² Valor total de Chuí corresponde à contratação de três links de acesso por 24 meses.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A solução a ser contratada trata-se da prestação de serviço de conectividade através do provimento de link de internet às unidades da RFB elencadas, cumprindo-se os requisitos tecnológicos e de negócios descritos nas seções “Necessidades tecnológicas” e “Demais requisitos necessários e suficientes da solução de TIC”.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 165.344,64

Valor (R\$): 165.344,64

O Custo Total Estimado da contratação é de **R\$165.344,64 (Cento e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)** para a contratação de 24 meses.

O preço de referência foi definido através de pesquisa de preços efetuada com base nos preceitos da IN Seges/Me nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Conforme descrito na Análise Comparativa de Soluções e o registro das Soluções Consideradas Inviáveis, considera-se como tecnicamente viável a contratação de link de fibra ótica, conforme velocidades mínimas descritas para cada unidade da RFB a ser atendida.

15.1. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

A licitação se dará por itens, uma vez que as empresas atuam por município. Apenas no caso de haver mais de uma unidade a ser atendida ocorrerá o agrupamento de itens que estão localizados no mesmo município. Assim procedendo, viabilizaremos ampla competitividade ao certame.

Não haverá exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em razão da excessiva restrição de competição que tal medida ocasionaria, considerando que o grande número de Sociedades Anônimas atuantes neste ramo de mercado, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Desse modo, o presente processo licitatório será de ampla concorrência, tendo em vista que o valor do item de contratação não supera o teto de R\$80.000,00 (oitenta mil), conforme inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a LC 123/2006. Conforme estudo realizado para este ramo de atividade, constatou-se que existem empresas de pequeno porte e empresas de grande porte atuando no setor de atividade de fornecimento de acesso à internet, fato levado em conta para considerar dar maior competitividade ao certame e garantir que nenhum item fique deserto.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Considerando as soluções viáveis e inviáveis descritas em “Registro de soluções consideradas inviáveis”, a contratação de link de fibra ótica se torna a solução considerada economicamente viável para a solução.

15.1. O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS ECONÔMICOS

A licitação se dará por itens, uma vez que as empresas atuam por município. Apenas no caso de haver mais de uma unidade a ser atendida ocorrerá o agrupamento de itens que estão localizados no mesmo município. Assim procedendo, viabilizaremos ampla competitividade ao certame.

Não haverá exclusividade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em razão da excessiva restrição de competição que tal medida ocasionaria, considerando que o grande número de Sociedades Anônimas atuantes neste ramo de mercado, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Desse modo, o presente processo licitatório será de ampla concorrência, tendo em vista que o valor do item de contratação não supera o teto de R\$80.000,00 (oitenta mil), conforme inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, que alterou a LC 123/2006. Conforme estudo realizado para este ramo de atividade, constatou-se que existem empresas de pequeno porte e empresas de grande porte atuando no setor de atividade de fornecimento de acesso à internet, fato levado em conta para considerar dar maior competitividade ao certame e garantir que nenhum item fique deserto.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação espera-se alcançar as seguintes melhorias:

- 1) Melhoria na disponibilidade do acesso à internet na instituição, reduzindo as interrupções de acesso;
- 2) Melhoria na qualidade do acesso à internet com taxa de transmissão de dados melhor dimensionada para a demanda institucional.

17. Providências a serem Adotadas

Não são necessárias adequações do ambiente físico do órgão para a contratação.

Caberá ao Chefe do Dipol/SRRF10 a indicação do Gestor de Contrato e os Fiscais com conhecimento em gestão de contratos e fiscalização de contratos, com atribuições definidas em normas legais.

Caberá ao Chefe do Dipol/SRRF10 junto ao Chefe da Seção de Contratos – Sacon, atuar para que seja garantida a capacitação dos servidores para atuarem na contratação, gestão e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

Caberá a(s) empresa(s) contratada(s) a indicação de preposto, funcionário da Contratada, para operacionalizar a disponibilidade do serviço, bem como prestar o apoio necessário a manutenção da solução junto à Contratante durante a vigência do contrato.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os benefícios e soluções levantadas, a equipe de planejamento considera essa contratação como viável e oportuna à administração pública.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS FARIA PERIUS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

MARCELO SAMPAIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE TABAJARA

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento

SONIA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA

Integrante Administrativa da Equipe de Planejamento

GIANA DOS REIS SIMON

Integrante administrativo da Equipe de Planejamento

FERNANDO FERNANDES ZANIN

Autoridade Máxima de TIC na SRRF10

Anexo II - Pesquisa de Precos.pdf

PROCESSO: 11000-747.258/2024-75
INTERESSADO: Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal
ASSUNTO: Contratação de serviços continuados de acesso à internet banda larga.

NOTA TÉCNICA PESQUISA DE PREÇOS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da contratação em análise está subordinado aos procedimentos administrativos básicos de realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e de contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, disciplinados pela Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, em seu art. 5º, onde define os parâmetros a serem utilizados, e em seu art. 6º, a metodologia para obtenção de preços estimados.

1.2. O objeto da contratação pretendida compreende a contratação de pessoa jurídica para a prestação de Serviços de acesso à internet banda larga por meio de link para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS e suas unidades jurisdicionadas, para a Inspeção da Receita Federal do Brasil em Jaguarão/RS, para a Inspeção da Receita Federal em Chuí/RS e para a Área de Controle Integrado da Receita Federal do Brasil em Aceguá/RS.

2. FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do art 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

(...)

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

(...)

Pesquisa de Preços - Consolidação e Metodologia de Cálculo

CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE ACESSO INTERNET BANDA LARGA

Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> pelo código de localização EP12.1124.10250.U2HE. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original
Consulte a página de autenticação no final deste documento.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o art 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021

3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADO

3.1. O documento Cotação Detalhada da Pesquisa de Preços nº 45/2024, anexo à presente nota técnica, apresenta a cesta de preços coletados para cada item (local de prestação do serviço) pesquisado.

3.2. Os preços especificados como inciso I foram coletados por meio do módulo Pesquisa de Preços do COMPRASGOV mediante aplicação de filtro do município ou região por item. Cabe salientar que a visualização de preços “repetidos” se deve à utilização de preços decorrentes de pregão de órgão que apresentou múltiplos itens na mesma licitação, de forma que a presente pesquisa considerou mais de um item de um mesmo pregão na composição de preço, que coincidentemente tem o mesmo valor ou valor diferente, a depender da empresa contratada por item/grupo.

3.3. Quando insuficiente a coleta de preços mediante extração do módulo Pesquisa de Preços, em razão de especificações relacionadas ao CATMAT 26484 inconsistentes com o objeto da contratação em comento, foi realizada a inclusão de preços de contratações similares na administração pública que não constaram no módulo Pesquisa de Preços, mediante pesquisa ao portal PNCP. Esclareça-se que as inconsistências citadas tratam de diferença do objeto contratado e registrado no mesmo CATMAT por outros órgãos da administração pública, como é o caso da especificação “Link de acesso dedicado”, cujas especificações técnicas e nível de confiabilidade do serviço (e consequentemente, o custo de contratação) são superiores ao intencionado para uso da Receita Federal nas unidades administrativas. Os preços selecionados foram incluídos no relatório Cotação Detalhada da pesquisa de Preços nº 45/2024.

3.4. Objetivando, ainda, uma cesta de preços diversificada e com valores locais, foi complementada a pesquisa de preços com cotação direta junto à fornecedores. Importante esclarecer que o custo para prestação de serviço tende a variar conforme município, em razão de dificuldades de infraestrutura, base de clientes para diluição de custo e despesas fixas. Desta forma, entende-se por salutar a inclusão de preços efetivamente propostos para a localidade onde o serviço será prestado, com esclarecimento das condições de contratação às empresas que responderam à pesquisa de preços, o que permite uma proposta de preço mais condizente com a realidade. Todavia, esclareça-se que, infelizmente, houve baixa adesão das empresas na apresentação de preços para compor a pesquisa (8 propostas para um total de 47 empresas consultadas) e não foi possível utilizar a cotação direta na composição de preços de todos os municípios.

3.5. Desta forma, segue a consolidação dos preços pesquisados:

Item	Fonte de Pesquisa	Órgão/fornecedor	Valor mensal
1 - DRF Caxias do Sul	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
1 - DRF Caxias do Sul	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
1 - DRF Caxias do Sul	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato vigente DRF CXL	R\$ 435,79

Pesquisa de Preços - Consolidação e Metodologia de Cálculo



1 - DRF Caxias do Sul	IV - Fornecedor	People Telecom	R\$ 890,00
2 - ARF Bento Gonçalves	I - Compras.gov.br	IFRS Bento Gonçalves	R\$ 1.299,90
2 - ARF Bento Gonçalves	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente DRF Bento	R\$ 377,69
2 - ARF Bento Gonçalves	IV - Fornecedor	Honos Data	R\$ 150,00
2 - ARF Bento Gonçalves	IV - Fornecedor	Italnet	R\$ 199,90
2 - ARF Bento Gonçalves	IV - Fornecedor	Netfar	R\$ 399,00
3 - ARF Canela	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
3 - ARF Canela	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
3 - ARF Canela	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 298,00
3 - ARF Canela	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
3 - ARF Canela	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
3 - ARF Canela	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Canela	R\$ 377,69
4 - PST Guaporé	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 238,80
4 - PST Guaporé	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
4 - PST Guaporé	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
4 - PST Guaporé	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Guaporé	R\$ 377,69
5 - ARF Passo Fundo	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
5 - ARF Passo Fundo	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
5 - ARF Passo Fundo	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
5 - ARF Passo Fundo	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Passo Fundo	R\$ 435,79
5 - ARF Passo Fundo	IV - Fornecedor	SEANET	R\$ 850,00

Pesquisa de Preços - Consolidação e Metodologia de Cálculo

Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original
Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> Consulte a página de autenticação no final deste documento.



6 - DMA Passo Fundo	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
6 - DMA Passo Fundo	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
6 - DMA Passo Fundo	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
6 - DMA Passo Fundo	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Passo Fundo	R\$ 377,69
6 - DMA Passo Fundo	IV - Fornecedor	SEANET	R\$ 600,00
7 - ARF Carazinho	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
7 - ARF Carazinho	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
7 - ARF Carazinho	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
7 - ARF Carazinho	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
7 - ARF Carazinho	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
7 - ARF Carazinho	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Carazinho	R\$ 377,69
7 - ARF Carazinho	IV - Fornecedor	SEANET	R\$ 600,00
8 - ARF Erechim	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
8 - ARF Erechim	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
8 - ARF Erechim	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
8 - ARF Erechim	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
8 - ARF Erechim	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
8 - ARF Erechim	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Erechim	R\$ 376,68
9 - ARF Lagoa Vermelha	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
9 - ARF Lagoa Vermelha	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
9 - ARF Lagoa Vermelha	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
9 - ARF Lagoa Vermelha	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06

Pesquisa de Preços - Consolidação e Metodologia de Cálculo

Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> pelo código de localização EP12.1124.10250.U2HE. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original
Consulte a página de autenticação no final deste documento.

9 - ARF Lagoa Vermelha	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
9 - ARF Lagoa Vermelha	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Lagoa Vermelha	R\$ 377,69
10 - PST Palmeira das Missões	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
10 - PST Palmeira das Missões	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
10 - PST Palmeira das Missões	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
10 - PST Palmeira das Missões	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
10 - PST Palmeira das Missões	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
10 - PST Palmeira das Missões	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Palmeira das Missões	R\$ 377,69
11 - ARF Três Passos	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
11 - ARF Três Passos	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 248,75
11 - ARF Três Passos	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 440,06
11 - ARF Três Passos	I - Compras.gov.br	Prefeitura de Caxias do Sul	R\$ 746,25
11 - ARF Três Passos	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Contrato Vigente ARF Três Passos	R\$ 376,68
12 - IRF Jaguarão	II - Contratações Similares pela Administração Pública	Prefeitura de Jaguarão	R\$ 380,07
12 - IRF Jaguarão	IV - Fornecedor	STA TELECOM	R\$ 149,90
12 - IRF Jaguarão	IV - Fornecedor	SEICCOM	R\$ 1.250,00
13 - ACI Aceguá	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 298,00
13 - ACI Aceguá	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 550,00
13 - ACI Aceguá	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 550,00
13 - ACI Aceguá	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 550,00
13 - ACI Aceguá	I - Compras.gov.br	COMANDO DA MARINHA	R\$ 999,00
14 - IRF/CHUÍ	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 298,00

Pesquisa de Preços - Consolidação e Metodologia de Cálculo

Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original
Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> Consulte a página de autenticação no final deste documento.

14 - IRF/CHUI	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 550,00
14 - IRF/CHUI	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 550,00
14 - IRF/CHUI	I - Compras.gov.br	COMANDO DO EXÉRCITO	R\$ 550,00

4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme tabela do item 5.2, e considerando o coeficiente de variação, número de preços coletados e demais considerações apresentadas ao longo do item 3.

4.2. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, entre outras opções, conforme menu do próprio sistema para efetivar a exclusão.

4.3. Da seleção inicial que o sistema retornou, foram excluídos aqueles cuja análise da descrição detalhada para o item e/ou análise dos documentos da compra, quando disponível, evidenciaram discrepâncias do serviço objeto de pesquisa (conforme esclarecimentos do item 3.3).

4.4. Também foram não cotados (aparecem no relatório) aqueles que apresentavam alguma divergência quanto ao serviço pesquisado, apesar de valor demonstrar estar factível com o dispêndio pretendido.

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. Para fins de licitação, o objeto contratado será dividido em 13 (treze) grupos de itens, conforme localização física da prestação dos serviços, e obedecerá, quanto às propostas de preços, ao critério do “menor preço para cada item/grupo”

5.2. O preço estimado se encontra no presente relatório, por item a ser adjudicado, sendo que a numeração corresponde à apresentada no termo de referência, e conforme segue abaixo:

Item	Unidade-endereço	Quant. Links	CatSer	Velocidade Mínima de download (Mbps)	Metodologia de obtenção do preço estimado.	Valor Mensal por link (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
1	DRF Caxias do Sul - Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	26484	100	Média	540,70	12.976,80
2	ARF Bento Gonçalves - Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	26484	35	Mediana	377,68	9.064,32
3	ARF Canela - Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	26484	35	Mediana	408,87	9.812,88
4	PST Guaporé - Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	26484	35	Mediana	408,87	9.812,88

Pesquisa de Preços - Consolidação e Metodologia de Cálculo

G1	5	ARF Passo Fundo - Rua Paissandú, nº 753, Centro - Passo Fundo/RS	1	26484	80	Mediana	435,79	10.458,96
	6	DMA Passo Fundo - Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	26484	35	Mediana	408,87	9.812,88
	7	ARF Carazinho - Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	26484	35	Mediana	377,68	9.064,32
	8	ARF Erechim - Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS	1	26484	35	Média	384,87	9.236,88
	9	ARF Lagoa Vermelha - Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro - Lagoa Vermelha/RS	1	26484	35	Média	385,04	9.240,96
	10	PST Palmeira das Missões - Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro - Palmeira das Missões/RS	1	26484	35	Média	385,04	9.240,96
	11	ARF Três Passos - Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro - Três Passos/RS	1	26484	35	Média	384,87	9.236,88
	12	IRF Jaguarão - Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	26484	500	Mediana	380,08	9.121,92
	13	ACI Aceguá - Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000	1	26484	500	Mediana	550,00	13.200,00
	14	IRF/CHUI - Chui/RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	26484	400	Média	487,00	35.064,00*
TOTAL							6.889,36	165.344,64

* Valor total de Chui correspondente à contratação de três links de acesso por 24 meses.

5.2. O preço estimado da contratação é R\$ 165.344,64 (cento e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro e sessenta e quatro centavos), conforme memória de cálculo.

5.3. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por:

Matheus Faria Perius, ATRFB, matrícula nº 1267345

Porto Alegre/RS, datado digitalmente.

À consideração superior,

(assinado digitalmente)

Matheus Faria Perius

Equipe de Planejamento

Pesquisa de Preços - Consolidação e Metodologia de Cálculo

CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE ACESSO INTERNET BANDA LARGA

Documento de 93 páginas assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> pelo código de localização EP12.1124.10250.02HE. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
45/2024	170177	Concluída	MATHEUS FARIA PERIUS

Título: Contratação de internet para DRF CXL, DRF PEL e unidades jurisdicionadas

Observações: Contratação de serviços continuados de acesso à internet banda larga por meio de link para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS e suas unidades jurisdicionadas, para a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Jaguarão/RS, para a Inspetoria da Receita Federal em Chui/RS e para a Área de Controle Integrado da Receita Federal do Brasil em Aceguá/RS.

Total de itens cotados: 14 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 5.915,3911

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a internet via cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<div><div></div> Média</div>	Mediana
R\$ 435,7920	R\$ 540,7007	R\$ 440,0600
		Coefficiente de Variação: 26,8829%
		Desvio Padrão: 145,3558
		Maior Preço: R\$ 746,2500
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Estado: RS

Município(s): Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	PEOPLE TELECOM - Fornecedor	100		R\$ 890,0000	02/07/2024	Não

Identificação do Fornecedor

06.541.327/0001-57

Endereço Eletrônico

mauricio.alves@peopletelecom.com.br

Data da Cotação

02/07/2024

Hora da Cotação

10:29

Validade da Cotação

02/10/2024

Contato

mauricio.alves@peopletelecom.com.br

Informações Adicionais

-

Anexos

Caxias do Sul - PEOPLE TELECOM proposta.pdf, Caxias do Sul - PEOPLE TELECOM email.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	II	Contratação vigente DRF CXL - Contratações Similares pela Administração Pública	1		R\$ 435,7920	31/07/2024	Sim

Data da Cotação

31/07/2024

Informações Adicionais

Valor da contratação vigente para a Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul, reajustado pelo ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação) a partir da data de assinatura do contrato. Alíquota aplicada: 3,76%. Período aplicado: 31/07/2023 a 31/07/2024.

Hora da Cotação

15:43

Endereço Eletrônico

-

Anexos

Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)- maio de 2024 _ Carta d.pdf, Empenho contrato vigente CXL.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 440,0600	12/01/2024	Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 746,2500	12/01/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98859905003622023	12/01/2024	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988599	SISPP	Pregão
Fornecedor	BRSULNET TELECOM LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Acesso a Internet Via Cabo			

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 199,9000	R\$ 325,5288	R\$ 377,6864
Coeficiente de Variação: 27,4194%		
Desvio Padrão: 89,2581		
Maior Preço: R\$ 399,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Bento Gonçalves

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Cotação Honos Data - Fornecedor	35		R\$ 150,0000	08/07/2024	Não

Identificação do Fornecedor		Endereço Eletrônico
07.821.488/0001-67		ernani@honos.com.br
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
08/07/2024	9:30	08/10/2024
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
Bento Gonçalves - Honos Data proposta.pdf		
Documento de 140 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP12.1124.10250.U2HE. Consulte a página de autenticação no final deste documento.		
Original Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtm . Consulte a página de autenticação no final deste documento.		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Italnet Ltda - Fornecedor	70		R\$ 199,9000	10/07/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

06.936.278/0001-51

Endereço Eletrônico

comercial2@italnet.com.br

Data da Cotação

10/07/2024

Hora da Cotação

9:34

Validade da Cotação

10/10/2024

Contato

comercial3@italnet.com.br

Informações Adicionais

-

Anexos

Bento Gonçalves - ITALNET proposta.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Netfar Informática LTDA - Fornecedor	35		R\$ 399,0000	11/07/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

08.789.354/0001-79

Endereço Eletrônico

netfar@netfar.net

Data da Cotação

11/07/2024

Hora da Cotação

9:36

Validade da Cotação

11/10/2024

Contato

netfar@netfar.net

Informações Adicionais

-

Anexos

Bento Gonçalves - NETFAR proposta.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	II	Contrato Vigente Bento Gonçalves - Contratações Similares pela Administração Pública	35		R\$ 377,6864	31/07/2024	Sim

Data da Cotação

31/07/2024

Informações Adicionais

Valor do contrato vigente de prestação de serviço de internet para Bento Gonçalves, ajustado pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), contado da data de assinatura do contrato.

Hora da Cotação

09:38

Endereço Eletrônico

-

Anexos

Empenho contrato vigente Bento.pdf

Nº	Início	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	28	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 1.299,9000	15/08/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15814106001262023	15/08/2023	1	Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de internet para o IFRS Campus Caxias do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	158141	SISPP	Dispensa
Fornecedor	BRSULNET TELECOM LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de empresa para fornecimento de serviços de internet para o IFRS Campus Caxias do Sul

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 298,0000	R\$ 465,4991	R\$ 408,8732
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 36,4623% Desvio Padrão: 169,7316 Maior Preço: R\$ 746,2500		

Período: 12 Meses
Estado: RS

Município(s): Cachoeirinha, Itaqui, Bom Progresso, Tramandai, Campinas do Sul, Gramado, Campo Novo, MAÇAMBARA, Santiago, Esteio, Feliz, Horizontina, CAPÃO DO CIPÓ, Restinga Sêca, Entre Ijuis, Alegrete, Nova Prata, Irai, São Pedro da Serra, Estrela, Augusto Pestana, Cachoeira do Sul, Serafina Corrêa, General Câmara, SANTA MARGARIDA DO SUL, Dom Feliciano, BENJAMIN CONSTANT DO SUL, Lajeado do Bugre, QUATRO IRMÃOS, São Jerônimo, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Estância Velha, Derrubadas, MAMPITUBA, Carlos Barbosa, Santo Ângelo, São Martinho da Serra, São Jorge, PASSA SETE, Vicente Dutra, Júlio de Castilhos, Putinga, Três Palmeiras, Candelária, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Igrejinha, ROLADOR, Centenário, Engenho Velho, Rio Grande, Crissiumal, Coxilha, São Francisco de Paula, Tavares, Pejuçara, Charqueadas, Ibirubá, São Pedro do Iguaçu, Novo Barreiro, BOA VISTA DO CADEADO, Chui, Monte Belo do Sul, Caçapava do Sul, Lajeado, Miraguaí, Gramado Xavier, Teutônia, Boa Vista do Sul, Erval Grande, Sapiranga, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Buricá, União da Serra, Rio dos Índios, Roque Gonzales, Gentil, Campestre da Serra, Mata, São Sepé, Bom Princípio, São Vicente do Sul, Encruzilhada do Sul, Agudo, Santa Rosa, São José do Herval, Montenegro, Constantina, Barros Cassal, Sertão, Dois Irmãos das Missões, Canguçu, Osório, São Miguel das Missões, Erebangó, Nova Boa Vista, CAPÃO BONITO DO SUL, TURUÇU, Três Passos, Protásio Alves, Coqueiros do Sul, Cruz Alta, Capitão, ACEGUA, Marau, Três Forquilhas, São José do Inhacorá, Pinhal Grande, Dois Irmãos do Tocantins, Gaurama, Sant'Ana do Livramento, Nova Esperança do Sul, Santa Maria, Cerro Largo, Canoas, PEDRAS ALTAS, Canela, Passo Fundo, São Paulo das Missões, Montauri, MARQUES DE SOUZA, Guaíba, SENADOR SALGADO FILHO, Santo Antônio do Palma, Pinheiro Machado, Dom Pedrito, Paim Filho, Tupanciretá, NOVO CABRAIS, Farroupilha, Cacequi, Ibiraiaras, Jaguarão, Capão do Leão, Giruá, Vale Real, ITAARA, Sério, JACUIZINHO, Frederico Westphalen, Condor, Ilópolis, São Lourenço do Sul, Alto Feliz, Nova Ramada, Pouso Novo, NOVA SANTA RITA, Chapada, Antonio Prado, Não-me-Toque, Ijuí, Fagundes Varela, Tapejara, Arroio do Tigre, Vista Alegre, Pelotas, Pontão, VERANÓPOLIS, Toropi, Vacaria, São Borja, Alecrim, Capão da Canoa, Itacurubi, Linha Nova, Santo Augusto, Parobé, CERRITO, Eldorado do Sul, Salvador do Sul, Planalto, Parai, Gravataí, Arroio do Sal, Itatiba do Sul, Butiá, Paraná, SÃO PEDRO DAS MISSÕES, Marcelino Ramos, Coronel Bicaco, David Canabarro, Nova Hartz, SETE DE SETEMBRO, Venâncio Aires, Taquari, Nova Petrópolis, DILERMANDO DE AGUIAR, Porto Alegre, Sarandi, Santo Expedito do Sul, Camargo, Bagé, São João do Polesine, Tapes, Ciriaco, Ivoti, Palmeira das Missões, Salvador das Missões, Torres, Santa Tereza, Boa Vista do Incra, Garibaldi, Alvorada, Novo Hamburgo, Vera Cruz, VILA LANGARO, Relvado, Vanini, Gramado dos Loureiros, Panambi, Sentinela do Sul, Tucunduva, Ajuricaba, Arroio dos Ratos, Santana do Livramento, Mato Castelhano, Cambará do Sul, Santa Cruz do Sul, BARRA DO QUARAI, Campina das Missões, Caxias do Sul, Três de Maio, Rodeio Bonito, São Leopoldo, Barão de Cotegipe, Bento Gonçalves, Guaporé, Flores da Cunha, Victor Graeff, Arroio do Meio, Soledade, Barra do Ribeiro, MUITOS CAPOES, Vista Gaúcha, Jaguarí, SAO LUIZ GONZAGA, Arvorezinha, Jaboticaba, BALNEARIO PINHAL, Roca Sales, Esperança do Sul, Cidreira, Erechim, Lagoa Vermelha, Paraíso do Sul, Dona Francisca, ITATI, Quaraí, São João da Urtiga, Jaquirana, Pinheirinho do Vale, Camaquã, Carazinho, Faxinal do Soturno, Ametista do Sul, Capivari do Sul, CRUZALTENSE, Dois Irmãos, São José do Norte, Triunfo, Mariana Pimentel, São Gabriel, Nova Araçá, Santo Antônio do Planalto, Piratini, Sapucaia do Sul, Ernestina, Anta Gorda, Xangri-la, Campo Bom, Cotiporã, Ibarama, Jóia, Rio Pardo, Encantado, Imigrante, Erval Seco, Sobradinho, Candido Godói, Rondinha, Pareci Novo, Uruguaiana, Barra do Guarita, Amaral Ferrador, Nonoai, Silveira Martins, São Pedro do Butiá, Taquara, Casca, Sananduva, Glorinha, Rolante, Espumoso, TIO HUGO, São Sebastião do Cai, Caiçara

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	II	Contrato vigente Canela - Contratações Similares pela Administração Pública	35		R\$ 377,6864	31/07/2024	Sim

Data da Cotação

31/07/2024

Informações Adicionais

-

Hora da Cotação

09:44

Endereço Eletrônico

-

Anexos

Contrato Canela.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Não
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Não
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 440,0600	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 746,2500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 298,0000	04/10/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16053106001042023	04/10/2023	1	Objeto: A prestação do serviço se faz necessário e indispensável para possibilitar o atendimento a eventos e atividades institucionais desteEstabelecimento de Ensino. (PAAC 2023).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160531	SISPP	Dispensa
Fornecedor	P. C. F. ROMAO FILHO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Acesso a Internet Via Cabo			

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 238,8000	R\$ 450,6991	R\$ 408,8732
Coeficiente de Variação: 41,1664%		
Desvio Padrão: 185,5368		
Maior Preço: R\$ 746,2500		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Guaporé, Nova Prata, Serafina Corrêa, Passo Fundo, Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	II	Contrato vigente Guaporé - Contratações Similares pela Administração Pública	35		R\$ 377,6864	31/07/2024	Sim

Data da Cotação		Informações Adicionais
31/07/2024		-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:47	-	Contrato Guaporé.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 440,0600

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 238,8000

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

8

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 746,2500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98859905003622023	12/01/2024	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988599	SISPP	Pregão
Fornecedor	BRSULNET TELECOM LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	<input checked="" type="radio"/> Mediana
R\$ 248,7500	R\$ 459,7646	R\$ 435,7920
		Coefficiente de Variação: 49,9311%
		Desvio Padrão: 229,5654
		Maior Preço: R\$ 850,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Estado: RS

Município(s): Passo Fundo, Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	II	Contratação vigente ARF Passo Fundo - Contratações Similares pela Administração Pública	80		R\$ 435,7920	31/07/2024	Sim
---	----	---	----	--	--------------	------------	-----

Data da Cotação		Informações Adicionais
31/07/2024		-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:50	-	-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Cotação SEANET - Fornecedor	80		R\$ 850,0000	10/07/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

15.866.308/0001-91

Endereço Eletrônico

comercial.pf@seanet.com.br

Data da Cotação

10/07/2024

Hora da Cotação

9:52

Validade da Cotação

10/10/2024

Contato

comercial.pf@seanet.com.br

Informações Adicionais

-

Anexos

Passo Fundo e Carazinho - SEANET proposta.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 440,0600

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

7

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 746,2500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1

Documento de 140 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP12.1124.10250.U2HE. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original

Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>.

Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Menor Preço

R\$ 248,7500

Média

R\$ 443,5827

Mediana

R\$ 408,8732

Coefficiente de Variação: 40,7815%

Desvio Padrão: 180,8997

Maior Preço: R\$ 746,2500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Cotação SEANET - Fornecedor	35		R\$ 600,0000	10/07/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

15.866.308/0001-91

Endereço Eletrônico

-

Data da Cotação

10/07/2024

Hora da Cotação

9:55

Validade da Cotação

10/10/2024

Contato

comercial.pf@seanet.com.br

Informações Adicionais

-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	II	Contrato vigente Passo Fundo - Contratações Similares pela Administração Pública	35		R\$ 377,6864	31/07/2024	Sim

Data da Cotação

31/07/2024

Informações Adicionais

Valor do contrato vigente para a unidade DMA Passo Fundo, atualizado pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) da data de assinatura do contrato.

Hora da Cotação

09:58

Endereço Eletrônico

-

Anexos

Contrato Passo Fundo.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 440,0600

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 746,2500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1

Documento de 140 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP12.1124.10250.U2HE. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Menor Preço

R\$ 248,7500

Média

R\$ 415,7495

● Mediana

R\$ 377,6864

Coefficiente de Variação: 43,4939%

Desvio Padrão: 180,8255

Maior Preço: R\$ 746,2500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Carazinho, Espumoso, Santo Antônio da Patrulha, Vista Alegre, Igrejinha, Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Cotação SEANET - Fornecedor	35		R\$ 600,0000	10/07/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

15.866.308/0001-91

Endereço Eletrônico

-

Data da Cotação

10/07/2024

Hora da Cotação

9:57

Validade da Cotação

10/10/2024

Contato

COMERCIAL.PF@SEANET.COM.BR

Informações Adicionais

-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada
Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 440,0600

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 746,2500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

7

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

7	II	Contrato Vigente carazinho - Contratações Similares pela Administração Pública	1		R\$ 377,6864	31/07/2024	Sim
---	----	--	---	--	--------------	------------	-----

Data da Cotação	Informações Adicionais
31/07/2024	-
Hora da Cotação	Anexos
09:58	Contrato Carazinho.pdf

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 8

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<div><div></div>Média</div>	Mediana
R\$ 248,7500	R\$ 384,8744	R\$ 312,7182
Coeficiente de Variação: 46,1503%		
Desvio Padrão: 177,6206		
Maior Preço: R\$ 746,2500		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	II	Contrato vigente Erechim - Contratações Similares pela Administração Pública	35		R\$ 376,6864	31/07/2024	Sim
---	----	--	----	--	--------------	------------	-----

Data da Cotação	Informações Adicionais
31/07/2024	Valor do contrato vigente, ajustado pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) da data de assinatura do contrato.
Hora da Cotação	Anexos
10:06	-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 440,0600

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 746,2500	12/01/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98859905003622023	12/01/2024	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988599	SISPP	Pregão
Fornecedor	BRSULNET TELECOM LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Acesso a Internet Via Cabo			

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<div><div></div>Média</div>	Mediana
R\$ 248,7500	R\$ 385,0411	R\$ 313,2182
		Coefficiente de Variação: 46,1284%
		Desvio Padrão: 177,6133
		Maior Preço: R\$ 746,2500
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	II	Contrato vigente Lagoa Vermelha - Contratações Similares pela Administração Pública	35		R\$ 377,6864	31/07/2024	Sim

Data da Cotação		Informações Adicionais
31/07/2024		-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
10:07	-	Contrato Palmeira das Missões.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 440,0600

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 746,2500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98859905003622023	12/01/2024	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988599	SISPP	Pregão
Fornecedor	BRSULNET TELECOM LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<div><div></div>Média</div>	Mediana
R\$ 248,7500	R\$ 385,0411	R\$ 313,2182
		Coefficiente de Variação: 46,1284%
		Desvio Padrão: 177,6133
		Maior Preço: R\$ 746,2500
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Palmeira das Missões, Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	II	Contrato vigente Palmeira das Missões - Contratações Similares pela Administração Pública	1		R\$ 377,6864	31/07/2024	Sim
---	----	---	---	--	--------------	------------	-----

Data da Cotação	Informações Adicionais
31/07/2024	Valor do contrato atual, ajustado pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) da data de assinatura do contrato.
Hora da Cotação	Anexos
10:09	Contrato Três Passos.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 440,0600	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 746,2500	12/01/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98859905003622023	12/01/2024	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988599	SISPP	Pregão
Fornecedor	BRSULNET TELECOM LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Acesso a Internet Via Cabo			

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 11

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<div><div></div> Média</div>	Mediana
R\$ 248,7500	R\$ 384,8744	R\$ 312,7182
Coeficiente de Variação: 46,1503%		
Desvio Padrão: 177,6206		
Maior Preço: R\$ 746,2500		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Estado: RS

Município(s): Caxias do Sul

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

12

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 248,7500	12/01/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

11

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 248,7500

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

10

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4

I

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br

60

MEGA BITS/SEGUNDO

R\$ 440,0600

12/01/2024

Sim

Id da Compra

98859905003622023

Comprado em

12/01/2024

Nº do Item

9

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.

Esfera

Municipal

UASG

988599

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BRSULNET TELECOM LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Acesso a Internet Via Cabo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 746,2500	12/01/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98859905003622023	12/01/2024	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo circuitos de dados para acesso à rede mundial de computadores e entroncamento de voz com dupla abordagem, para utilização na Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional de Caxias do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988599	SISPP	Pregão
Fornecedor	BRSULNET TELECOM LTDA		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Acesso a Internet Via Cabo			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	II	Contrato vigente três passos - Contratações Similares pela Administração Pública	1		R\$ 376,6864	31/07/2024	Sim

Data da Cotação		Informações Adicionais	
31/07/2024		-	
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos	
10:30	-	Contrato Três Passos.pdf	

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 12

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 149,9000	R\$ 593,3250	R\$ 380,0750
		Coefficiente de Variação: 79,8470%
		Desvio Padrão: 473,7522
		Maior Preço: R\$ 1.250,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS
Município(s): Jaguarão

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Cotação SEICCOM - Fornecedor	1		R\$ 1250,0000	31/07/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

10.426.171/0001-30

Endereço Eletrônico

[Email](#)

Data da Cotação

31/07/2024

Hora da Cotação

10:34

Validade da Cotação

-

Contato

-

Informações Adicionais

-

Anexos

Jaguarão - SEICCOM proposta.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Cotação STA TELECOM - Fornecedor	1		R\$ 149,9000	09/07/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

17.064.329/0001-19

Endereço Eletrônico

[email](#)

Data da Cotação

09/07/2024

Hora da Cotação

10:35

Validade da Cotação

-

Contato

-

Informações Adicionais

-

Anexos

Jaguarão - STA TELECOM LTDA proposta.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	II	Contrato Prefeitura de Jaguarão - Contratações Similares pela Administração Pública	1		R\$ 380,0750	02/08/2024	Sim

Data da Cotação

02/08/2024

Informações Adicionais

Contrato ajustado pelo ICTI da data de assinatura de contrato até a data vigente (3,76% elevado a raiz de 8 sobre 12, sendo que 8 em razão do número de meses transcorridos da assinatura do contrato e 12 em razão da taxa ser anual, Método de cálculo para taxa efetiva mensal em juros compostos). Taxa encontrada de 2,42%

Hora da Cotação

10:48

Endereço Eletrônico


-

Anexos

Contrato_n_119_2023.pdf

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 13

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo		MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	 Mediana	Coeficiente de Variação: 38,4912%
R\$ 298,0000	R\$ 589,4000	R\$ 550,0000	Desvio Padrão: 226,8670
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 999,0000

Documento de 140 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP12.1124.10250.U2HE. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original Documento de 93 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização AP05.1124.17091.0028 no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento84xitem1>. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Composição
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 298,0000	04/10/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16053106001042023	04/10/2023	1	Objeto: A prestação do serviço se faz necessário e indispensável para possibilitar o atendimento a eventos e atividades institucionais deste Estabelecimento de Ensino. (PAAC 2023).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160531	SISPP	Dispensa
Fornecedor	P. C. F. ROMAO FILHO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Acesso a Internet Via Cabo			

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 14

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26484 - Acesso a Internet Via Cabo	MEGA BITS/SEGUNDO	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<div><div></div> Média</div>	Mediana
R\$ 298,0000	R\$ 487,0000	R\$ 550,0000
Método de cálculo adotado: Média		

Coefficiente de Variação: 22,4064%

Desvio Padrão: 109,1192

Maior Preço: R\$ 550,0000

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Estado: RS

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 550,0000	03/04/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

16039505000112023

Comprado em

03/04/2024

Nº do Item

16

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de fornecimento de Metro-Ethernet (conexão ponto-a-ponto dedicada de camada dois) para transmissão de dados via canal de comunicação digital e de serviço de fornecimento de enlace dedicado de Internet para as Organizações Militares (OM) do Comando Militar do Sul (CMS) para atender a 3ª Região Militar (3ª RM).

Esfera

Federal

UASG

160395

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MIDIA NET RN LTDA

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Metro Ethernet 50 Mbps

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 550,0000	03/04/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra

16039505000112023

Comprado em

03/04/2024

Nº do Item

15

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de fornecimento de Metro-Ethernet (conexão ponto-a-ponto dedicada de camada dois) para transmissão de dados via canal de comunicação digital e de serviço de fornecimento de enlace dedicado de Internet para as Organizações Militares (OM) do Comando Militar do Sul (CMS) para atender a 3ª Região Militar (3ª RM).

Esfera

Federal

UASG

160395

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MIDIA NET RN LTDA

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Metro Ethernet 50 Mbps

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 550,0000	03/04/2024	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16039505000112023	03/04/2024	14	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de fornecimento de Metro-Ethernet (conexão ponto-a-ponto dedicada de camada dois) para transmissão de dados via canal de comunicação digital e de serviço de fornecimento de enlace dedicado de Internet para as Organizações Militares (OM) do Comando Militar do Sul (CMS) para atender a 3ª Região Militar (3ª RM).
Esfera Federal	UASG 160395	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor MIDIA NET RN LTDA			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Edital Acesse o Edital	Compra Acesse a compra
Descrição Detalhada Metro Ethernet 50 Mbps			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 298,0000	04/10/2023	Sim
---	---	--	----	-------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16053106001042023	04/10/2023	1	Objeto: A prestação do serviço se faz necessário e indispensável para possibilitar o atendimento a eventos e atividades institucionais deste Estabelecimento de Ensino. (PAAC 2023).
Esfera Federal	UASG 160531	Forma SISPP	Modalidade Dispensa
Fornecedor P. C. F. ROMAO FILHO LTDA			
Índice e Valor -	Ata -	Edital -	Compra Acesse a compra
Descrição Detalhada Acesso a Internet Via Cabo			

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços continuados de acesso à internet banda larga por meio de link para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul/RS e suas unidades jurisdicionadas, para a Inspeção da Receita Federal do Brasil em Jaguarão/RS, para a Inspeção da Receita Federal em Chuí/RS e para a Área de Controle Integrado da Receita Federal do Brasil em Aceguá/RS.

Foram consultados o Banco de Preços do Compras GOV, Contratações similares feitas pela administração pública (incluindo a contratação vigente do mesmo objeto para as mesmas unidades que serão atendidas pela presente contratação) e cotação direta com fornecedores locais, de modo a proporcionar uma cesta de preços diversificada e com valores aproximados à realidade do local de cada contratação.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A série de preços coletados consta neste relatório de pesquisa de preços. Os preços considerados inexequíveis, inconsistentes e/ou excessivamente elevados foram eliminados da presente pesquisa. A justificativa específica se dá porque as especificações de contratação, em alguns casos, eram muito superiores e onerosas comparadas às especificações da contratação que se objetiva, ou os preços apresentados pelo banco de preços se deram para períodos de contrato que não permitiam o cálculo comparativo com a estimativa mensal realizada para esta contratação.

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

A obtenção do preço foi de acordo com as disposições estabelecidas na IN SEGES/ME nº 65/2021.

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

O preço estimado se encontra no presente relatório, por item a ser adjudicado, sendo que a numeração corresponde à apresentada no termo de referência, e conforme segue abaixo:

Item	Unidade	Quant. Links	Velocidade Mínima de Download (Mbps)	Velocidade Mínima de Upload (Mbps)	Valor Unitário (R\$)	Valor 24 meses (R\$)
1	DRF Caxias do Sul	1	100	-	540,70	12.976,80
2	ARF Bento Gonçalves	1	35	-	377,68	9.064,32
3	ARF Canela	1	35	-	408,87	9.812,88
4	PST Guaporé	1	35	-	408,87	9.812,88
5	ARF Passo Fundo	1	80	-	435,79	10.458,96
6	DMA Passo Fundo	1	35	-	408,87	9.812,88
7	ARF Carazinho	1	35	-	377,68	9.064,32
8	ARF Erechim	1	35	-	384,87	9.236,88
9	ARF Lagoa Vermelha	1	35	-	385,04	9.240,96
10	PST Palmeira das Missões	1	35	-	385,04	9.240,96
11	ARF Três Passos	1	35	-	384,87	9.236,88
12	IRF Jaguarão	1	500	250	380,08	9.121,92
13	ACI Aceguá	1	500	250	550,00	13.200,00
14	IRF/CHUI	3	500	250	487,00	11.688,00
TOTAL					5.915,36	141.968,64

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

VI - IDENTIFICAÇÃO DO(S) AGENTE(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por:

MATHEUS FARIA PERIUS

Matrícula nº 271875

Relatório emitido em 23/09/2024 14:53

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

SONIA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA em 04/11/2024

FERNANDO FERNANDES ZANIN em 04/11/2024

MARCELO SAMPAIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE TABAJARA em 05/11/2024

MATHEUS FARIA PERIUS em 04/11/2024.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

AP05.1124.17091.0028

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

rP+GBax7waAmaAxEXtXV3sXJq//d52aJJKgUq7vyRQ=

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 11000-747.258/2024-75)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/202_, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
DA 10ª REGIÃO FISCAL E A EMPRESA
.....

A União por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, com sede na Avenida Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, na cidade de Porto Alegre /RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.460/0147-97, neste ato representado(a) pelo(a) Chefe da Divisão de Programação e Logística, (...NOME...), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 11000-747.258/2024-75 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90017/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de prestação de serviços contínuos de acesso à link de internet banda larga para a(s) Unidade(s) da RFB localizada(s) em, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Unidade-endereço	Quant. Links	CatSer	Velocidade Mínima de download (Mbps)	Velocidade Mínima de upload (Mbps)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
1	DRF Caxias do Sul - Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro	1	26484	100			

		Rio Branco - Caxias do Sul/RS					
2		ARF Bento Gonçalves - Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	26484	35		
3		ARF Canela - Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	26484	35		
4		PST Guaporé - Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	26484	35		
G1	5	ARF Passo Fundo - Rua Paissandú, nº 753, Centro - Passo Fundo/RS	1	26484	80		
	6	DMA Passo Fundo - Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	26484	35		
7		ARF Carazinho - Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	26484	35		
8		ARF Erechim - Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS	1	26484	35		
9		ARF Lagoa Vermelha - Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro – Lagoa Vermelha/RS	1	26484	35		
10		PST Palmeira das Missões - Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro – Palmeira das Missões/RS	1	26484	35		
11		ARF Três Passos - Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro – Três Passos/RS	1	26484	35		
12		IRF Jaguarão – Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	26484	500	250	
13		ACI Aceguá – Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000	1	26484	500	250	
14		IRF/CHUÍ – Chuí/RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	26484	400	200	
Total							

Observação: Utilizar a(s) linha(s) da tabela conforme o(s) item(ns) que está(ão) sendo contratado(s).

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....), para o item, a ser prestado na Unidade da RFB localizado no Município

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de até 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 2 (dois) meses.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 9.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) local(is) indicado(s) na tabela 1.2, onde constam os endereços das unidades que serão atendidas por este Termo de Contrato;

9.23.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição onde os serviços são prestados para atender as demandas, conforme disposto no Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de **15 %** a **30 %** do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de **10 %** a **30 %** do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de **10 %** a **15 %** do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de **2 %** a **10 %** do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de **1 %** a **3 %** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da](#)

[Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 11000.747.258/2024-75

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ com sede na _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____, e para os fins do Pregão SRRF10 nº 90017/2024, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

Item	Unidade-endereço	Quant. Links	CatSer	Velocidade Mínima de download (Mbps)	Velocidade Mínima de upload (Mbps)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total para 24 meses (R\$)
1	DRF Caxias do Sul - Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco - Caxias do Sul/RS	1	26484	100			
2	ARF Bento Gonçalves - Rua Xingu, nº 347, Bairro São Bento – Bento Gonçalves/RS	1	26484	35			
3	ARF Canela - Avenida Osvaldo Aranha, nº 449, Centro - Canela/RS	1	26484	35			
4	PST Guaporé - Avenida Silvio Sanson, nº 1155, Sala 203, Centro - Guaporé/RS	1	26484	35			
G1	5 ARF Passo Fundo - Rua Paissandú, nº 753, Centro - Passo Fundo/RS	1	26484	80			
	6 DMA Passo Fundo - Rua Álvares Cabral, 353, bairro Petrópolis Passo Fundo/RS	1	26484	35			
7	ARF Carazinho - Avenida Pátria, nº 230, Ed. Itapua, Centro - Carazinho/RS	1	26484	35			
8	ARF Erechim - Rua São Paulo, nº 55, Sala Térrea, Centro - Erechim/RS	1	26484	35			
9	ARF Lagoa Vermelha - Avenida Afonso Pena, nº 650, Salas 20 e 22, Centro – Lagoa Vermelha/RS	1	26484	35			
10	PST Palmeira das Missões - Praça rua general Osório, nº 145, S. Desenvolvimento, Centro – Palmeira das Missões/RS	1	26484	35			
11	ARF Três Passos - Avenida Santos Dumont, nº 112, Centro – Três Passos/RS	1	26484	35			
12	IRF Jaguarão – Ponte Internacional Barão de Mauá, Jaguarão/RS CEP 96300-000	1	26484	500	250		
13	ACI Aceguá – Aceguá/RS, BR-153 CEP 96445-000	1	26484	500	250		

14	IRF/CHUI – Chuí/RS BR 471 KM 390 CEP: 96255-000	3	26484	400			
Total							

Observação: *Preencher apenas o(s) item(ns) em que concorrer.*

Valor global da proposta por extenso para cada item que apresentou oferta:

ITEM **XX**: _____

Prazo de validade da proposta (mínimo de sessenta dias): _____

Dados Bancários:

Nº da conta-corrente: _____ Banco (cód): _____ Agência (cód): _____

Obs: os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação.

Telefone para contato: _____

E-mail para contato: _____

Local e Data

Assinatura do representante da Empresa

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO

Processo nº: 11000-747.258/2024-75

_____(nome empresarial)_____, inscrita no CNPJ nº: _____
com sede na _____(endereço completo)_____, por intermédio
de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a)
da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para os
fins de classificação de sua proposta no Pregão SRRF10 nº 90017/2024, em cumprimento ao
disposto no art. 7º do Decreto 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, inciso IV, da Portaria ME
nº 1.144, de 03 de fevereiro de 2021, DECLARA expressamente, sob as penas da lei, que não
possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou
entidade contratante ou responsável pela licitação e que não possui proprietário ou sócio que seja
cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por
afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável
pela licitação.

Entende-se por agente público a autoridade contratante que exerça função de confiança na
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal.

PARENTES EM LINHA RETA

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1 º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora; madrasta/padrasto, enteado/enteada do agente público
2 º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3 º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

PARENTES EM LINHA COLATERAL

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1 º	---	---
2 º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3 º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

Na hipótese de possuir relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o
terceiro grau, com agente público da contratante, informe o nome do agente público:

NOME COMPLETO DO AGENTE PÚBLICO: _____

CPF DO AGENTE PÚBLICO: _____

_____, _____ de _____ de 202__.

(assinatura do representante legal)

Observações:

- 1) Esta Declaração deverá ser anexada junto com os documentos de proposta.
- 2) Esta Declaração é um modelo meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar sua própria Declaração, desde que conste os dados considerados essenciais para sua validade.

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA OU DE
CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS OU DE CONHECIMENTO PLENO DAS
CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

Processo nº: 11000-747.258/2024-75

_____(nome empresarial)_____, inscrita no CNPJ nº: _____
com sede na _____(endereço completo)_____, por intermédio
de seu representante legal / responsável técnico, o(a) Sr.(a) _____, infra-
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº
_____, para os fins do Pregão SRRF10 nº 90017/2024, DECLARA:

a) () **que realizou vistoria** na totalidade das áreas que deram origem à necessidade de contratação
e que conhece o local e as condições da realização do serviço;

OU

b) () **que não realizou vistoria**, mas possui pleno conhecimento do local e das condições da
realização do serviço;

OU

c) () **que não realizou vistoria**, mas possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da
contratação.

_____, _____ de _____ de 202_.

(assinatura do representante legal / responsável técnico)

Esclarecimentos, sobre as opções de declaração acima:

A hipótese “a” dispensa maiores comentários, a não ser o de que é o próprio licitante que atesta
conhecer o local e as condições, e não a Administração que tem o ônus de emitir o atestado de
vistoria.

Já na hipótese “b”, o licitante não necessariamente realiza a vistoria facultada na licitação, mas, da
mesma forma, atesta que conhece o local da obra ou serviço, além das respectivas condições de
execução, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a
declaração sem incorrer em falsidade ideológica. Isso pode ocorrer sobretudo quando se trata de
empresa que já prestou serviços no mesmo local ou já realizou vistoria em outra oportunidade.

Por fim, na hipótese “c”, não se declara que conhece o local, e sim as condições e peculiaridades da
contratação em sua plenitude. Para isso, o responsável técnico/representante legal poderá chegar a
esse conhecimento com base nas disposições do edital e anexos, somada à sua experiência
profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXX

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA****Receita Federal****Histórico de Revisões**

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento a União por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, sediada na Avenida Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, na cidade de Porto Alegre /RS, CNPJ nº 00.394.460/0147-97, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

[...]

[...]

[...]



2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

[...]

[...]

[...]

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

[...]

[...]

[...]

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;



II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

[...]

[...]

[...]

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular



processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<p>_____</p> <p><Nome> <Qualificação></p>	<p>_____</p> <p><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</p>
TESTEMUNHAS	
<p>_____</p> <p><Nome> <Qualificação></p>	<p>_____</p> <p><Nome> <Qualificação></p>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

Anexo II
MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA Prestadores de SERVIÇOS

termo de confidencialidade

Considerando a possibilidade ou necessidade de acesso a dados e informações de acesso restrito, sob guarda da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, em decorrência da efetiva prestação dos serviços contratados, inclusive o desenvolvimento, execução e entrega de ações, projetos, programas e produtos, ou, ainda, em decorrência de eventos acidentais,

o (a) _____ (nome da pessoa física),
_____ (cargo na empresa), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF
sob o nº _____, prestador de serviços da Empresa
_____ (denominação da empresa), inscrita no
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº _____, com sede
em _____ (endereço
completo, cidade, UF, país, CEP/ZIP Code), doravante denominado PRESTADOR

compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, doravante denominado TERMO, que regulamenta suas RESPONSABILIDADES e o COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE DE DADOS E INFORMAÇÕES AOS QUAIS TENHA ACESSO, firmado perante a União, por meio da RFB, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Confidencialidade: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada à pessoa, ao sistema, ao órgão ou à entidade não autorizados nem credenciados.

Dados: valores que transmitem informações, descrevendo quantidades, qualidades, fatos, estatísticas ou outras unidades básicas de significado, ou simplesmente sequências de símbolos que podem ser posteriormente interpretados.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação de acesso restrito: as informações:

I - classificadas como ultrassecretas, secreta ou reservadas, na forma prevista na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

II - definidas como pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e controladas pela RFB;

III - protegidas por sigilo fiscal, conforme previsto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN);

IV - previstas nas demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça e nas hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público; e

V - estratégicas, táticas, técnicas ou comerciais, vinculadas ou não ao objeto do serviço, das quais o sujeito venha a ter conhecimento, diretamente ou por terceiros, em razão do exercício de cargo, função ou emprego público ou da prestação de serviços, compreendendo, mas a eles não se limitando, o know-how, as especificações, os códigos-fonte, os relatórios, as compilações, as fórmulas, os desenhos, os modelos e as amostras.

DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO:

I - o compromisso do PRESTADOR com o tratamento aplicável aos dados e às informações de acesso restrito por ele recebidas no exercício das atribuições previstas no contrato de prestação de serviços ou, ainda, de forma accidental, bem como com a observância das normas de segurança da informação e privacidade; e

II - a declaração expressa de que o PRESTADOR conhece as regras relativas ao sigilo dos dados e informações sob a guarda da RFB e das respectivas penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis em caso de sua inobservância.

Este TERMO abrange todos os dados e informações, escritos, gravados ou verbalizados, por qualquer meio, tangíveis ou intangíveis, aos quais, diretamente ou por terceiros, o PRESTADOR venha a ter acesso, ou deles venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados.

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que, comprovadamente:

I - pertençam ao domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão de quem as detém; e

II - tenham sido recebidas de terceiros, estranhos ao objeto da atividade ou serviço, e que não sejam consideradas de acesso restrito.

Aplica-se a este TERMO a legislação relativa ao acesso à informação e à proteção de dados, considerando a necessidade eventual de acesso, processamento e tratamento de dados pessoais em nome da RFB.

DA NATUREZA

Este TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, e prevalece sobre quaisquer outros atos que contenham disposições contrárias a suas cláusulas,

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

O PRESTADOR compromete-se a:

I - não disponibilizar ou revelar dados e informações de acesso restrito a terceiros, exceto: (i) por determinação judicial; (ii) a pessoas previamente autorizadas e signatárias de termo de confidencialidade; ou (iii) se expressamente autorizados por autoridade competente da RFB.

II - utilizar dados e informações de acesso restrito a que tiver acesso exclusivamente para as finalidades relacionadas à prestação de serviços à RFB.

III - tomar todas as medidas necessárias para prevenir e impedir a disponibilização ou revelação de dados e informações de acesso restrito a pessoas não autorizadas, bem como o extravio de quaisquer documentos que os contenham, devendo comunicar imediatamente a ocorrência de incidentes dessa natureza à autoridade competente da RFB, sem qualquer exclusão de sua responsabilidade.

IV - comunicar à autoridade competente da RFB, de forma expressa e imediata, o recebimento de ordem judicial ou administrativa que determine o fornecimento de dados ou informações de acesso restrito, antes de seu atendimento.

V - permanecer como fiel depositário dos dados e informações de acesso restrito objeto do presente TERMO.

VI - retornar imediatamente à autoridade competente da RFB os dados e informações em sua posse, bem como as cópias eventualmente existentes, quando requeridos.

VII - observar a Política de Segurança da Informação no âmbito da RFB, estabelecida pela Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, e demais normas relativas à segurança da informação, à privacidade e ao compartilhamento de dados.

VIII - não revelar ações, projetos, programas, produtos e soluções da RFB, nem falar em nome dela, em qualquer meio de comunicação, sem prévia autorização legal ou expressa da RFB.

IX - não ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais referentes aos artefatos e produtos decorrentes da prestação de serviço, incluindo códigos, documentação, modelos de dados e bases de dados.

DAS PENALIDADES

O uso ou disponibilização indevidos ou a revelação não autorizada de dados e informações protegidos por sigilo sujeitam o PRESTADOR à responsabilização pessoal, nos termos da legislação administrativa, civil e penal.

DA VIGÊNCIA

Este TERMO permanecerá em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado após o encerramento da prestação de serviços à RFB, resguardando-se, por prazo indeterminado, as obrigações de confidencialidade sobre os dados e informações de acesso restrito a que o PRESTADOR teve acesso.

DO FORO

Fica elegido o foro de Brasília - DF, onde está localizada a sede da RFB, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro.

ASSINATURAS

Por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO é assinado por:

Local e Data

Assinaturas



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 12/11/2024 10:07:15 por Andre Luis Souza da Silva.

Documento assinado digitalmente em 12/11/2024 10:07:15 por ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA.

Esta cópia / impressão foi realizada por SONIA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA em 12/11/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP12.1124.10250.U2HE

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
84796DE9F9AAEFF39AC7A9DEE28E238B7F3CE2A90F808C094105ABA98FB4DA3F